

Universidade de Pernambuco
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco
Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável

Pedro Rafael Lemos Pereira

O PAPEL SOCIALMENTE INCLUDENTE DO TERCEIRO SETOR NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DA
ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS NO RECIFE-PE

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Gestão do Desenvolvimento
Local Sustentável da Universidade de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre.
Orientador: Professor Doutor Ivo V. Pedrosa

Recife

2009

Pedro Rafael Lemos Pereira

O PAPEL SOCIALMENTE INCLUDENTE DO TERCEIRO SETOR NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DA
ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS NO RECIFE-PE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da Universidade de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Aspectos Ambientais e Políticas Públicas com foco no Desenvolvimento Local Sustentável.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Luiz Márcio Assunção - Presidente
Instituição: UPE/FCAP/Mestrado GDLS

Prof. Doutora Andréa Karla Pereira da Silva
Instituição: UPE/FCAP/Mestrado GDLS

Prof. Doutor Clemente Coelho Junior
Instituição: UPE/ICB

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Conceição e Geraldo, *in memoriam*.

A Bárbara e Francisco, meus filhos, e a Ângela, minha companheira.

Aos meus irmãos José Manoel e Maria Tereza, e familiares, pela presença constante.

Ao amigo Marcondes Secundino.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Curso de Mestrado, pela agradável convivência e colaboração nas tarefas propostas.

Aos Professores do Curso.

Ao Professor Ivo V. Pedrosa que, na condição de orientador, soube conduzir os trabalhos com tratamento respeitoso e cortês.

Aos Professores componentes da Banca Examinadora.

À Secretaria do Curso, especialmente Célia Casado.

A Ângela Barreto, em especial pela apresentação do trabalho realizado pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife.

A meus filhos Bárbara Yulia e Francisco Pedro, meus primeiros professores de educação ambiental, pela colaboração amorosa.

A Luis Tenderini, que com indescritível cortesia abriu todas as portas necessárias à realização do presente trabalho.

A todos os membros e alunos da Associação Trapeiros de Emaús, pela colaboração ofertada.

Aos colegas de trabalho Alexandre, Carlos Magno, Isabelly, Raquel, e Révilla.

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é
são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão.
(Luiz Gonzaga/Zé Dantas, 1953).

PEREIRA, Pedro Rafael Lemos. **O Papel Socialmente Incluyente do Terceiro Setor no Desenvolvimento Local Sustentável**: Um Estudo Sobre as Ações da Associação Trapeiros de Emaús no Recife-PE. Dissertação. Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Universidade de Pernambuco. Recife, 2009.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade descrever e analisar as atividades de natureza socialmente incluyente desenvolvidas por segmentos do Terceiro Setor, a partir do estudo das ações da Associação Trapeiros de Emaús-Recife, que realiza trabalhos de coleta de materiais recicláveis e objetos descartados que, após recuperados, são comercializados a módicos preços em bazares fixos ou itinerantes. A referida Associação também desenvolve atividade pedagógica profissionalizante destinada a jovens de baixa renda. Na realização da pesquisa foram utilizados principalmente métodos qualitativos de pesquisa social, com o emprego da observação e da entrevista como meios principais de acesso ao objeto de estudo e a análise de conteúdo como recurso para apreciação dos depoimentos colhidos. Destaca-se a contribuição dada ao processo de Desenvolvimento Local Sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional, a importância das ações situadas no escopo da Economia Solidária, bem como a necessidade de implementação de políticas públicas, gestadas de forma democrática no âmbito dos movimentos sociais, com a finalidade de dinamizar e expandir as iniciativas dessa natureza, que asseguram a geração de emprego e renda e colaboram para minimizar os impactos ambientais dos processos de produção e consumo. Verificou-se ser possível identificar possibilidades emancipatórias através do trabalho no quadro da ação coletiva, o que demanda a articulação entre as organizações do Terceiro Setor, em especial sob a forma de redes sociais fundadas numa ética solidária e democrática, e o Estado, notadamente mediante políticas públicas direcionadas às atividades que associem o manejo ambiental sustentável e a geração de emprego e renda.

Palavras-chave:

Terceiro Setor, Desenvolvimento Sustentável, Reciclagem, Inclusão Social, Economia Solidária, Políticas Públicas.

PEREIRA, Pedro Rafael Lemos. **The Socially Including Role of the Third Sector to the Process of Local Sustainable Development:** a study of the Associação Trapeiros de Emaús in Recife. Dissertação. Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Universidade de Pernambuco. Recife, 2009.

ABSTRACT

The present academic work has as purpose describe and analyse the socially including activities developed by segments of the Third Sector, from the study of the “Associação Trapeiros de Emaús-Recife”, which performs work of collecting recyclable material and eliminated objects that, after being recovered, they are sailed for very lower prices in fixed or roaming bazaars. The mentioned Association also develops pedagogic activities in favour of low-income young people. In the research’s realization, it was utilized principally qualitative methods of social research, with the use of observation and interview like the principal ways to arrive at the study object and the subject analysis like aid to the appreciation of the gathered declarations. It’s evidenced, in this work, the contribution given to the process of Local Sustainable Development, in environmental, economic, social and institutional dimensions, the importance of the Solidarity Economy’s actions, and the need to implement public politics, democratically produced inside the social moviments, with the purpose of turn better and increase this kind of initiatives, that provides employment and incomes to the people and help to diminish the environmental impacts occasionated by the production and consumption processes. It’s possible to identify emancipating possibilities through the work in collective actions, which demands the linkage between the Third Sector organizations, specially like social networks created in a solidary and democratic ethics, and the State, notably through public politics directed to activities involving sustainable environmental work and creation of employment and incomes.

Keywords:

Third Sector, Sustainable Development, Recycling, Social Inclusion, Economic Solidarity, Public Policies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL	14
2.1. <i>POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO</i>	14
2.2. <i>DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	17
2.3. <i>LIBERDADE COMO MEIO E FIM DO DESENVOLVIMENTO</i>	23
2.4. <i>CRISE DO REFORMISMO E NOVAS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA SOCIAL</i>	25
2.5. <i>CAMPOS DE MUDANÇA SOCIAL: ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL</i>	30
3. TERCEIRO SETOR, AÇÕES PEDAGÓGICAS E PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO	34
3.1. <i>O PAPEL DO TERCEIRO SETOR E RELAÇÕES COM O ESTADO</i>	34
3.2. <i>EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE</i>	45
3.3. <i>EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTIMULADORA DA MUDANÇA DE MENTALIDADE</i>	48
3.4. <i>NOVOS COMPORTAMENTOS RELATIVOS À PRODUÇÃO E AO CONSUMO</i>	49
4. ECONOMIA SOLIDÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVIDADES DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS	51
4.1. <i>ECONOMIA SOLIDÁRIA</i>	51
4.2. <i>POLÍTICAS PÚBLICAS</i>	54
4.3. <i>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO E ATIVIDADES DE RECICLAGEM</i>	57
5. MÉTODO	60
6. AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS-RECIFE	64
6.1. <i>HISTÓRIA</i>	65
6.2. <i>LOCALIZAÇÃO</i>	66
6.3. <i>CAPITAL HUMANO E PRINCIPAIS ATIVIDADES DESEMPENHADAS</i>	67
6.4. <i>CONTEXTO DAS ATIVIDADES DE RECICLAGEM</i>	72
6.5. <i>ESCOLA PROFISSIONALIZANTE</i>	75
6.6. <i>PARCERIAS E PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO</i>	77
6.7. <i>DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO</i>	78

*6.8. POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS E POTENCIALIDADES DE POLÍTICAS**PÚBLICAS*

82

7. CONCLUSÃO

87

REFERÊNCIAS

91

APÊNDICE

99

1. INTRODUÇÃO

Procurou-se, no presente trabalho, descrever e analisar as atividades de natureza socialmente includente desenvolvidas por segmentos do Terceiro Setor, a partir do estudo das ações da Associação Trapeiros de Emaús-Recife, com a finalidade de verificar a contribuição dada para o processo de construção do Desenvolvimento Local Sustentável e destacar as possibilidades de expansão desse tipo de atividade, assim como a pertinência da implementação de políticas públicas objetivando a viabilização de iniciativas semelhantes.

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife, localizada atualmente no Bairro de Beberibe da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma organização não governamental que realiza trabalhos de coleta de materiais recicláveis e objetos descartados nos processos de produção e consumo, como computadores, condicionadores de ar, refrigeradores, fogões, roupas, livros, discos musicais de vinil e digitais, móveis e eletrodomésticos em geral. Esses objetos, após recuperados em oficinas da própria Entidade, são comercializados a módicos preços em bazares organizados na sede da Associação ou itinerantes, em comunidades com perfil de baixa renda, alimentando um circuito de Economia Solidária.

A referida Associação também desenvolve atividade pedagógica, através de uma Escola Profissionalizante destinada a jovens de baixa renda, que tem como objetivos principais a capacitação para a recuperação de objetos recebidos em doação e a preparação para a inserção no mercado de trabalho.

O problema focado consiste na apreciação crítica de ações coletivas socialmente includentes e ambientalmente responsáveis, a partir do trabalho desenvolvido pela mencionada Associação, tendo como referência a problemática sumariada nos tópicos adiante descritos:

- a) exclusão social
- b) degradação ambiental urbana
- c) desemprego e subemprego
- d) limitações de liberdades
- e) desperdício decorrente do consumismo

Verificou-se ademais que, a par da importância do tema para a questão do Desenvolvimento Local Sustentável, não há, até o presente momento, trabalho acadêmico em nível de mestrado ou doutorado registrando as atividades da mencionada Associação, caracterizando uma lacuna que poderá ser provida com a presente iniciativa.

Dessarte, aqui é tido como objeto teórico o Desenvolvimento Local Sustentável, sob as perspectivas da inclusão social e do desenvolvimento como liberdade, e como objeto empírico as atividades desenvolvidas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife, no horizonte do exercício da cidadania, realizando ações ambientalmente responsáveis, de economia solidária e pedagógicas.

A partir da delimitação do objeto, foram definidas como questões de partida as seguintes:

- a) se as atividades desempenhadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife podem contribuir para o processo de Desenvolvimento Local Sustentável, através de ações ambientalmente responsáveis, com o recolhimento de materiais recicláveis, e socialmente incluídos, com geração de renda pelo trabalho e ação pedagógica.
- b) se há potencialidades de propagação das ações ambientalmente responsáveis, de geração de renda e de natureza pedagógica realizadas pela Associação aludida, para influenciar iniciativas semelhantes, notadamente no que respeita à Economia Solidária.
- c) se é possível a adoção de políticas públicas destinadas a promover ações semelhantes às atividades realizadas pela Associação focada, com o objetivo de contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável.

Como objetivo geral, o presente trabalho focalizou as possibilidades de Desenvolvimento Local Sustentável a partir da experiência da Associação Trapeiros de Emaús-Recife, relativa a ações ambientalmente responsáveis, de geração de renda pelo trabalho e pedagógicas.

Os objetivos específicos são os adiante sumariados:

- a) analisar como podem contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável as atividades realizadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife.
- b) verificar se há potencialidades de propagação das ações ambientalmente responsáveis, de geração de renda pelo trabalho e pedagógicas realizadas pela Associação citada.
- c) examinar a pertinência da elaboração e implementação de políticas públicas objetivando promover ações semelhantes às atividades efetivadas pela aludida Associação, destinadas a contribuir para o processo de Desenvolvimento Local Sustentável, no marco institucional experimental relacionado ao Estado Novíssimo Movimento Social.

Nas segunda, terceira e quarta partes do presente trabalho cuida-se do marco teórico pertinente ao tema enfocado, tendo sido abordadas discussões acerca das possibilidades de

desenvolvimento no Brasil, as noções de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável, a ideia de liberdade como meio e como fim do desenvolvimento, a crise do reformismo e as novas possibilidades de mudança social, os campos de mudança social configurados na esfera pública e na sociedade civil, o papel do Terceiro Setor e as relações com o Estado, a Educação Profissionalizante, a Educação Ambiental como estimuladora da mudança de mentalidade em relação ao manejo sustentável do meio ambiente, os novos comportamentos relativos à produção e ao consumo, a Economia Solidária, as políticas públicas em geral e as políticas públicas específicas de saneamento, bem como as atividades de reciclagem de resíduos.

A quinta parte é dedicada à discussão das questões de método para efetivação da pesquisa empírica apresentada, no qual se aponta que foram utilizados especialmente métodos qualitativos de pesquisa social, com o emprego da observação e da entrevista como meios principais de acesso ao objeto de estudo e a análise de conteúdo como recurso para apreciação dos depoimentos colhidos.

Com efeito, foram efetivadas observações sociológicas do funcionamento da Organização aludida e realizadas entrevistas com catorze dos trinta e um atuais associados e com vinte e dois dos cento e dez discentes da Escola Profissionalizante mantida pela Associação estudada.

A sexta parte trata da descrição e análise crítica das atividades realizadas pela mencionada Associação, destacando-se a contribuição dada ao processo de Desenvolvimento Local Sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional, a importância das ações situadas no escopo da Economia Solidária, bem como a necessidade de implementação de políticas públicas, gestadas de forma democrática no âmbito dos movimentos sociais, com a finalidade de dinamizar e expandir as iniciativas dessa natureza, que ao mesmo tempo asseguram a geração de emprego e renda e colaboram para minimizar os impactos ambientais causados pelos processos de produção e consumo.

A parte conclusiva traz um balanço da importância das atividades socialmente incluídas e ambientalmente responsáveis realizadas pela Associação Trapeiros de Emáus-Recife, apontado para a necessidade de que as demandas dos movimentos sociais tenham prevalência sobre as propostas tecnocráticas dos agentes de governo, dando ensejo a possibilidades de construção de uma gestão democrática compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil, e focando as potencialidades emancipatórias das ações sociais coletivas no sentido da construção de formas de globalização contra-hegemônica.

Como apêndice estão dispostos os roteiros das entrevistas realizadas no processo da pesquisa apresentada.

2. DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL

Este tópico é dedicado a apresentar discussões acerca das possibilidades de desenvolvimento no Brasil, das noções de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável, da ideia de liberdade como meio e como fim do desenvolvimento, da crise do reformismo e das novas possibilidades de mudança social e os campos de mudança social delineados na esfera pública e na sociedade civil.

2.1. POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Estamos vivendo há bastante tempo uma etapa de estagnação econômica ou ao menos de discretos níveis de crescimento, com um alto índice de desemprego, que se elevou no período compreendido entre 1992 e 2002, e com aumento da concentração de renda, com o Coeficiente de Gini brasileiro tendo passado de 0,58 para 0,59 entre 1992 e 2002 (OLIVEIRA, 2007; ALMEIDA, 2004, p. 10-11).

Em documento divulgado pelo BNDES em novembro de 2006, Torres Filho e Puga apresentam os seguintes dados sobre o crescimento da economia brasileira de 1982 a 2003:

[...] entre 1982 e 2002, o Brasil cresceu lentamente, apenas 2,4% ao ano. Trata-se de uma taxa inferior à alcançada pela economia internacional no mesmo período, 3,5% ao ano. Essa situação não foi, no entanto, específica da economia brasileira. Outro país que havia liderado o crescimento no pós-guerra, o Japão, também sofreu desaceleração semelhante. A partir de 2003, a taxa de crescimento brasileira subiu para 2,8% ao ano. Este desempenho é melhor que o das duas décadas anteriores, mas ainda assim, inferior ao da economia internacional, que em igual período cresceu 4,8% ao ano. (2006, p. 1).

Oliveira aponta as graves conseqüências decorrentes das reformas econômicas de corte neoliberal ocorridas na América Latina após o processo de redemocratização a partir dos anos 1980, chamando a atenção que durante o período ditatorial as burguesias locais latino-americanas abandonaram os projetos nacionais e o próprio paradigma de caráter desenvolvimentista. Assim, para Oliveira:

A resposta das forças políticas que assumiram o poder estatal pós-ditaduras foi apressar o passo para completar o trabalho da financeirização, tentando inserir os diversos países, sob diversas fórmulas, no equívoco da globalização supostamente homogeneizante. Derrubaram-se as proteções alfandegárias em nome dos benefícios do livre comércio, privatizaram-se as empresas estatais que se haviam constituído em pilares da industrialização desde os anos 1950, desregulamentaram-se por diversas formas os mercados de trabalho estruturados num precário Estado de Bem-Estar (2007).

Destacando que o desemprego e a informalidade atingem cerca de sessenta por cento da população economicamente ativa brasileira, criando um *lumpesinato*, e que os bancos centrais ocupam a função de autoridade nacional na periferia do capitalismo, Oliveira indaga se ainda há espaço para desenvolvimento sob a lógica financeira da globalização:

Como retomar o crescimento econômico, se o investimento estatal que foi decisivo na industrialização da América Latina não pode retomar seu papel, com as finanças estatais estranguladas pelos pesados serviços das dívidas interna e externa e pelas privatizações? A confiança no mercado como mecanismo alocador de recursos deve ser posta em dúvida ainda com maior vigor que nos tempos áureos da CEPAL, posto que a distribuição da renda piorou e, portanto, os investimentos dirigem-se apenas aos setores que atendem à demanda das classes de altas rendas, reiterando a perversa concentração já anotada e denunciada por Celso Furtado (2007).

Desse modo, restaria aos Estados nacionais da América Latina administrar a “funcionalização da pobreza”, através de programas assistencialistas criados e gerenciados pelos governos neopopulistas, em desfavor da adoção de políticas sociais de efetiva inclusão, relativas à seguridade social sob inspiração dos modelos social-democratas históricos (OLIVEIRA, 2007). Cuidando do assunto, o autor citado recorre à metáfora do ornitorrinco:

As economias da América Latina pertencem, agora, à família dos ornitorrincos, uma combinação esdrúxula de altas rendas, consumo ostentatório, acumulação de capital comandada pela revolução molecular-digital, pobreza extrema, lumpesinato moderno, avassalamento pelo capital financeiro, incapacidade técnico-científica (OLIVEIRA, 2007).

Em relação às políticas sociais no contexto da redemocratização brasileira, Almeida (2004, p. 10; 16-17) assinala que apresentaram feição positiva, apesar da expressão acanhada, considerando em especial os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e o início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O perfil da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem acompanhado a trilha aberta pelas gestões de Fernando Henrique Cardoso, com a adoção de “concepções mais limitadas de proteção social”, voltadas a práticas assistenciais ao invés políticas de caráter universalizante.

Para Bresser Pereira (2002), o fracasso da retomada do desenvolvimento brasileiro nos Governos comandados por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deve-se em especial ao fato de ter sido aceito acriticamente o “Segundo Consenso de Washington”, formulado na década de 1990.

O Consenso de Washington, em sua primeira versão, consistiu na política neoliberal engendrada pelos Estados Unidos da América, na década de 1980, para aplicação nos países com acentuado endividamento, objetivando o ajuste de natureza fiscal e as reformas

direcionadas ao mercado, ou o “ajuste estrutural”. Por seu turno, o Segundo Consenso de Washington caracteriza-se pela política adotada pelos organismos financeiros multilaterais (FMI, Banco Mundial, Governo dos Estados Unidos da América) no sentido de recomendar aos países periféricos a utilização, no processo de desenvolvimento, da poupança externa (empréstimos) ao invés de estimular a poupança interna, com a redução do consumo. Implicou esse novo rumo seguido pelas economias da periferia do capitalismo um “financiamento para o subdesenvolvimento”, porquanto os recursos captados do centro são principalmente utilizados no consumo e não em inversões produtivas. Ocorre que, embora os países hegemônicos proponham esse receituário econômico, não o adotam internamente (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 372-380).

A propósito, o autor destacado lança o seguinte comentário sobre a administração de Fernando Henrique Cardoso:

Seu governo, entretanto, não ficará na história como o grande governo que poderia ter sido porque deixou a desejar no plano gerencial, como a crise da energia de 2001 demonstrou, e principalmente porque fracassou no plano econômico. Não apenas porque não logrou retomar o desenvolvimento: na verdade, não chegou sequer a estabilizar macroeconomicamente o país, de forma que deixa uma herança pesada para o futuro governo em termos de altas dívidas – interna, ou do estado, e externa, ou do país – e de altos déficits – público ou do estado, e externo, ou da nação. Dívidas e déficits que se espelham nas mais altas taxas de desemprego que o país já teve (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 364). Grifos nossos.

Bresser Pereira faz tal crítica ao rumo seguido pela política econômica brasileira especialmente pelo fato de visualizar possibilidades reais de retomada do processo de desenvolvimento, como pode ser conferido no trecho transcrito abaixo:

[...] É óbvio que um país como o Brasil, ou como o México, ou como a China, têm recursos para se desenvolver. Mesmo depois de substituir uma parte da poupança interna por poupança externa, em decorrência do Segundo Consenso de Washington, quatro- quintos dos investimentos continuam a ser financiados por poupanças domésticas. O Brasil, como os demais, não conta com ‘todos’ os recursos necessários ou, mais precisamente, desejáveis para financiar seu desenvolvimento. Mas quem os tem? É, porém, um país que já realizou sua acumulação primitiva e sua revolução capitalista, de forma que já dispõe de um estado e de uma classe de empresários capazes de canalizar, através do sistema financeiro, poupanças para o investimento (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 376).

Essa política econômica norteadada pelo Segundo Consenso de Washington, ainda segundo a acertada análise de Bresser Pereira, utilizando-se das contribuições de Furtado, expõe a “alienação das elites” locais que, renunciando a um projeto de desenvolvimento nacional, copiam o modelo de consumo e as idéias dos países capitalistas centrais. Outro fator

preponderante na adoção do receituário de molde neoliberal mencionado foi o “erro de agenda” cometido pelo Governo Cardoso, ao optar pela adoção de uma taxa de juros muito elevada, que inviabilizou a retomada do desenvolvimento e o equilíbrio fiscal, bem como uma sobrevalorização da taxa cambial, estimuladora do consumo de produtos importados, causando desequilíbrio das contas externas (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 365-372).

Assim, diante desse cenário de estagnação ou crescimento em índices baixos, restariam os projetos de desenvolvimento local, com suas possibilidades de efetivação da cidadania, em especial no espaço municipal. O procedimento do Orçamento Participativo, apesar de representar pequena parcela orçamentária municipal, apresenta-se como um dos instrumentos de efetividade do que se poderia reputar como desenvolvimento local.

Oliveira (2001) assim discorre sobre desenvolvimento local:

[...] a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o “governo local” e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um locus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos. (p. 14).

Entretanto, adverte Oliveira que o dito desenvolvimento local não deve ser percebido, como o faz o discurso de feição neoliberal, como uma panacéia fundada nas “bucólicas e harmônicas comunidades” locais, capaz de servir de curativo dos males típicos da vida em sociedade, de natureza conflituosa. Ao contrário, comunidade e sociedade não se opõem, mas têm uma relação de complementaridade e a cidadania é uma conquista feita através dos movimentos sociais assentados nos procedimentos críticos e conflituosos (2001, p. 12-13).

2.2. DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Assinala Veiga que enquanto o crescimento econômico tem natureza quantitativa o desenvolvimento tem formato qualitativo. Com efeito, valendo-se de Jacobs, Veiga aponta que “em sentido amplo, o desenvolvimento deve ser definido como uma mudança qualitativa significativa, que geralmente acontece de forma cumulativa” (2006, p. 52; 56).

Preocupado com a possibilidade da aferição do desenvolvimento, Veiga (2006, p. 83-106) propõe-se a analisar o que chama índices de primeira geração (Renda *per capita*), de segunda geração (IDH – Índice de Desenvolvimento Humano -, e sua vertente municipal, IDH-M), de terceira geração (IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social - e IDESE, do Rio Grande do Sul) e de quarta geração (DNA–Brasil e IDS – Índice de Desenvolvimento Social), criticando as limitações e apontando possibilidades.

Localizando o surgimento do IDH como obra de Mahbud ul Haq, para utilização nos Relatórios sobre o desenvolvimento humano elaborados desde 1990 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), como uma alternativa à utilização da renda *per capita*, Veiga anota que o IDH apresenta sérias limitações, especialmente por resultar da média aritmética dos índices relativos à renda, escolaridade e longevidade, acarretando distorções na análise das variáveis que servem de base, bem como apóia-se em censos demográficos decenais e em dados colhidos por amostragem. Ademais, não se presta a aferir as capacidades decisórias da população e questões ambientais, devendo ser usado apenas como um “ponto de partida”. O IDH aponta as seguintes situações de desenvolvimento: alto (IDH igual ou maior que 0,800), médio (IDH entre 0,500 e 0,800) e baixo (IDH inferior a 0,500) (VEIGA, 2006, p. 84-106). O IDH brasileiro referente ao ano de 2005 corresponde a 0,800 (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2007/2008, p. 232).

Relativamente ao uso do IDH na avaliação municipal, pode provocar um superdimensionamento do desenvolvimento local, com a preponderância da renda *per capita* sobre os outros subíndices, ou uma subavaliação, quando a renda *per capita* é relativamente baixa, embora os demais subíndices, de caráter social, sejam mais elevados (VEIGA, 2006, p. 90-94). O mencionado autor discute o tema nos seguintes termos:

As vantagens da municipalização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) podem evaporar-se se os usuários não forem advertidos sobre os cuidados indispensáveis à sua utilização. Tanto quanto não se deve ingerir remédio sem bula e receita médica, também é temerário tirar conclusões sobre o desempenho dos municípios a partir de simplórias comparações de IDH-M. É preciso chamar a atenção para outro perigo: o da “*ranking-mania*”. (VEIGA, 2006, p. 91).

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) apresenta-se como um avanço em relação ao IDH por não usar dados censitários nem consistir de uma média final. Utiliza também uma classificação municipal qualitativa: ricos atrasados (renda elevada e baixos índices sociais), saudáveis (renda modesta e alta qualidade de vida) e de relativo subdesenvolvimento (baixos índices de renda, longevidade e escolaridade) (VEIGA, 2006, p. 95-97).

O DNA-Brasil, proposto pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), da Universidade de Campinas (Unicamp), é formado por vinte e quatro indicadores que aludem a sete dimensões: “bem-estar econômico, competitividade econômica, condições sócio-ambientais, educação, saúde, proteção social básica e coesão social”, consistindo num procedimento comparativo com outros países, especialmente a Espanha. Cuida-se de um projeto de natureza ético-política, com o estabelecimento de um horizonte temporal para o atingimento de metas de desenvolvimento nacional (VEIGA, 2006, p. 97-103).

No que concerne ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS), elaborado por Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Instituto de Altos Estudos (INAE), é formado por cinco componentes com pesos equivalentes: saúde, educação, trabalho, renda (com coeficiente de igualdade) e habitação. Tem como elementos diferenciais, em comparação aos índices de segunda e terceira gerações, a presença de indicador de desigualdade de renda, apreciação do desemprego e da acessibilidade a bens fundamentais (habitação), pretendendo constituir-se como uma “agenda social”, de caráter prospectivo, com o estabelecimento de metas para o desenvolvimento, no que se aproxima da proposta do DNA-Brasil (VEIGA, 2006, p. 103-104).

Observa-se, desse modo, que Veiga, apesar de vislumbrar “valor simbólico” e “utilidade em termos de comunicação”, aponta as consideráveis limitações do IDH. Contudo, assinala o autor aludido que esses índices sintéticos podem estimular os pesquisadores à apreciação dos dados que servem de suporte à construção desses indicadores, permitindo análises aprofundadas do desenvolvimento (2006, p. 105).

Em relação à noção de desenvolvimento sustentável, caracterizada como a possibilidade de assegurar-se a satisfação das necessidades hodiernas da humanidade sem comprometimento da asseguarção dessa possibilidade às gerações futuras, que ganhou notoriedade com o documento *Nosso Futuro Comum*, conhecido como Relatório Brundtland, lançado em 1987 na Assembléia Geral da ONU por Gro Harlem Brundtland, presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é vista como restrita por Veiga, porquanto se pode ser tomada por sua natureza utópica, projeto de futuro desejável, não se afirma como um conceito científico preciso. Contudo, tal limitação não a esvazia de sentido, uma vez que pode ser trabalhada como um marco a partir do qual seja possível o aprofundamento da questão, com a realização de estudos transdisciplinares e adoção de instrumentos de aferição de sustentabilidade ambiental resultantes do debate acadêmico, inspirando a emergência de um novo paradigma científico dedicado ao tema (VEIGA, 2006, p. 113-114; 203-205).

Com efeito, Veiga observa três vertentes principais em relação à discussão sobre desenvolvimento sustentável:

- a) Otimista – segundo essa perspectiva não somente é possível uma conciliação entre crescimento econômico e conservação do meio ambiente, como tal relação conflitiva desapareceria a partir do atingimento de certo nível de riqueza medida pela renda *per capita*, tendo alguns teóricos chegado a estimar tal patamar em torno de 8 mil dólares de renda *per capita*. Contudo, como anota Veiga, não existe no campo científico evidência comprobatória da citada hipótese (2006, p. 109-110).
- b) Fatalista – Parte das contribuições de Georgescu-Roegen que, baseado na segunda lei da termodinâmica, afirmou que é irreversível o aumento da entropia, tornando a energia indisponível ao passar da baixa entropia (livre) para alta entropia (em forma de calor, inutilizável). Nesse contexto, o desenvolvimento somente poderia ser apoiado na retração, consistente no decréscimo do produto. No mesmo diapasão, Daly defende que a única alternativa ao desastre ecológico é a “condição estacionária”, com o progresso econômico passando a ocorrer apenas de modo qualitativo e não mais quantitativo (VEIGA, 2006, p. 111-114).
- c) Retórica político-ideológica – “caminho do meio” em relação às duas outras visões, deriva do Relatório Brundtland (1987), que impulsionou a normatização institucional do termo “desenvolvimento sustentável”. Concebido como um conceito “político”, presta-se a um papel conscientizador de natureza até didática, ao objetivar mostrar os indissociáveis vínculos entre crescimento econômico e meio ambiente. Contudo, muitas vezes emprestam-lhe uma elasticidade que impede o vislumbre de uma eficácia prática. Efetivamente têm surgido ações de preservação ambiental, embora com evidentes limitações, como é o caso dos mercados ambientais, que negociam direitos de poluir (créditos de empresas que poupam o meio ambiente vendidos a empresas poluentes), e técnicas de valoração ambiental, possibilitando a fixação de cotas de destruição da biosfera. Todavia, tais mecanismos de mercado não têm utilidade para tratar das questões acerca dos danos irreversíveis já causados ao ambiente natural, necessitando de uma complementação com instrumentos como “cálculo ecoenergético” e “contabilidade do patrimônio natural” (VEIGA, 2006, p. 124-126; 191-192; 196-198).

Veiga (2006, p. 66-74) também aponta que os tradicionais estudos de Economia afirmam que o crescimento intensivo (com incremento da renda *per capita*) teria ocorrido

apenas a partir da revolução industrial, sendo o crescimento econômico extensivo (produção e população aumentando de forma aproximada) típico da época pré-industrial. Todavia, anota Veiga que autores como North defendem que ocorreram períodos longos de crescimento intensivo, antes do início do capitalismo, na República e Império Romanos, na Mesopotâmia, Grécia, Egito, Rodes, China e Japão. Assim:

[...] Excedentes agrícolas obtidos com irrigação permitiram que uma parte da sociedade fosse mantida em atividades não agrícolas e que segmentos políticos, militares e religiosos fossem mantidos por meio de tributos. Escribas treinados e empregados em templos registravam as contas e redigiam mensagens. Edifícios públicos monumentais reforçavam a autoridade do Estado, que detinha o controle do comércio de longa distância. (VEIGA, 2006, p. 68-69).

Outrossim, é pertinente destacar que Veiga (2006, p. 70-71) adverte que a decadência e extinção de muitas dessas sociedades foi causada pelo esgotamento dos recursos naturais, como a devastação florestal, salinização e a erosão do solo, o que certamente deve servir-nos de alerta para os limites de exploração da natureza, objeto dos estudos relacionados ao desenvolvimento sustentável. A propósito da conferência de Bali, o autor citado adverte:

A atual dependência de fontes fósseis de energia precisa ser ultrapassada da forma mais pragmática possível, o que exigirá ações simultâneas em três frentes. De um lado, o estabelecimento de sólida cooperação científica que engendre descobertas capazes de descarbonizar as matrizes energéticas. De outro, maximizar nove iniciativas de tipo paliativo: a) aumento da eficiência energética; b) redução da intensidade de carbono das economias; c) captura e seqüestro de carbono proveniente de combustíveis fósseis, sobretudo do carvão; d) uso da energia nuclear condicionado ao equacionamento de sua tripla restrição (custo, segurança e risco bélico); e) amplo uso de energias renováveis disponíveis; f) amplo uso de biocombustíveis; g) tecnologias de armazenagem de energia; h) melhores infra-estruturas de transmissão; i) desenvolvimento de novos vetores energéticos, como o hidrogênio. Mas, para estimular a adoção dessas práticas e paralelamente acelerar pesquisas que ensejem nova revolução energética, é imprescindível uma terceira ação que encareça a emissão de carbono, que pode ser obtida por duas vias: imposto ou leilão de direitos de poluir. (VEIGA, 2007, p. 1-2).

Veiga faz o seguinte balanço da atual utilização da idéia de desenvolvimento sustentável:

Seja qual for o resultado dessa colossal polêmica, o que já está claro é que a hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades ou locais específicos. Por isso, nada pode ser mais bisonho do que chamar de “sustentável” esta ou aquela proeza. Para que a utilização desse adjetivo não seja tão abusiva, é fundamental que seus usuários rompam com a ingenuidade e se informem sobre as respostas disponíveis para a pergunta “o que é sustentabilidade?” (VEIGA, 2006, p. 113).

Quanto à questão da qualidade de vida, deve ser destacado que desde o final do Século XIX, cerca de um século após o início da revolução industrial, até os dias atuais, a expectativa de vida da população elevou-se de aproximadamente 35 para 70 anos, como resultado dos avanços científicos e das políticas sociais de saúde. E que, apesar da tendência à concentração de renda não ter sido reduzida, a expectativa de vida vem crescendo inclusive nos países mais pobres (VEIGA, 2006, p. 61-64).

Diegues aponta que, em razão da diversidade observada nas várias formações sociais, incluindo as diferenças estruturais entre países centrais, periféricos e semi-periféricos, a noção de “sociedades sustentáveis” parece mais apropriada do que a ideia de desenvolvimento sustentável, que pode ser associada a um modelo único a ser seguido (1992, p. 52). A propósito, Diegues discorre sobre o tema nos seguintes termos:

Daí a necessidade de se pensar o problema global sob a perspectiva de “sociedade ou sociedades sustentáveis” e não de desenvolvimento sustentado. Isso significa que é imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidade própria, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica. Isso não invalida as conquistas universais hoje consolidadas nos princípios da Declaração dos Direitos Humanos e outras declarações e acordos mais universais (DIEGUES, 1992, p. 52).

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas destaca como mais importantes para o processo de sustentabilidade as dimensões ambiental, social, econômica e institucional (IBGE, 2004, p. 12-13).

A dimensão ambiental está relacionada à preservação, conservação e ao manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis objetivando a melhoria da qualidade de vida atual, bem como tendo como horizonte a assecuração dessa possibilidade às futuras gerações. Os temas principais da dimensão ambiental são atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento.

Quanto ao saneamento, que interessa mais de perto aos objetivos da presente pesquisa, apresenta como questões centrais o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a coleta e o destino dos resíduos gerados pela população.

A dimensão social diz respeito à satisfação das necessidades da população, à melhoria da qualidade de vida e à justiça social. Desse modo, contempla uma ampla gama de temas como trabalho, renda, saúde, educação, habitação, segurança e desigualdades regionais, étnicas e de gênero.

A dimensão econômica está associada primordialmente à visualização dos impactos do funcionamento da estrutura macroeconômica de produção concernente ao uso dos recursos naturais, tendo como horizonte a busca de compatibilização da eficiência produtiva com o manejo sustentável dos insumos necessários ao processo econômico, numa perspectiva de longo prazo. Contempla ainda a questão da possibilidade de adoção de novos padrões de consumo orientados para redução dos impactos das ações antrópicas sobre o ambiente natural.

Estão também relacionadas à dimensão econômica as iniciativas de Economia Solidária, tendo como objetivo a assegurar de condições mínimas de sobrevivência para pessoas excluídas dos setores mais dinâmicos do capitalismo globalizado. Dentre essas estratégias, destacam-se as atividades de reciclagem de resíduos sólidos e reutilização de materiais descartados, as quais têm uma evidente conexão com o desenvolvimento sustentável, na medida em que reduzem a utilização de novos recursos naturais no processo produtivo, bem como diminuem a degradação do meio ambiente provocada especialmente pela destinação final do lixo gerado no processo de consumo.

A dimensão institucional vincula-se tanto ao arcabouço jurídico-político do Estado que dá suporte às políticas públicas relativas à preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, quanto à organização dos movimentos políticos da sociedade civil voltados à busca de soluções para os problemas relacionados às dimensões ambiental, social e econômica.

2.3. LIBERDADE COMO MEIO E FIM DO DESENVOLVIMENTO

Ao abordar o desenvolvimento como liberdade, Sen procura dar ênfase ao papel das pessoas como agentes dos processos sociais, incluído o desenvolvimento, e não como meros beneficiários de programas assistencialistas, não raro de caráter populista (2007, p. 10-11). Com efeito, referido autor assim expõe sua visão:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substantivas, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento. (SEN, 2007, p. 10).

Nesse diapasão, a liberdade é considerada como dependente de disposições sociais e econômicas, tais como, serviços relacionados à educação, saúde e liberdade de troca, bem como de direitos civis, como a liberdade participativa de opinar sobre questões públicas. De

outra parte, os processos relativos à industrialização, de natureza tecnológica ou atinentes à modernização da sociedade potencialmente colaboram com o aumento das liberdades individuais e sociais (SEN, 2007, p. 17-18; 20-22).

Sen (2007, p. 18) aponta que existem duas razões para a centralidade da liberdade no processo de desenvolvimento: razão avaliatória – preponderância da elevação do grau das liberdades individuais como resultado do progresso trazido pelo desenvolvimento; e razão da eficácia – imprescindibilidade da condição de agente das pessoas para a realização do desenvolvimento.

As liberdades instrumentais necessárias ao desenvolvimento, segundo Sen (2007, p. 25), são as seguintes: políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, sendo necessário, contudo, que se observem as inter-relações empíricas entre os mencionados tipos de liberdade, que implicam um reforço da eficácia de cada um. Com efeito, o citado autor pondera:

[...] Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais (2007, p. 25-26).

No que concerne às liberdades políticas, Sen (2007, p. 174-178) adverte que diversas correntes de pensamento advogam a tese de que em primeiro lugar deve vir a satisfação das necessidades básicas das pessoas, havendo quem defenda, embora sem base empírica, que o autoritarismo favorece o processo de desenvolvimento. Referido autor assinala que a ocorrência de democracia, em especial com o mecanismo de eleições regulares, força os governantes ao atendimento de reivindicações e a adotarem medidas de modo antecipado com o fito de minimizar problemas sociais, ante a possibilidade de rejeição nas urnas.

Quanto à educação, cuja centralidade é defendida na discussão ora esboçada, Sen lança o seguinte comentário:

[...] o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (2007, p. 56).

São destacadas ainda por Sen duas formas básicas de solucionar problemas sociais:

- a) através da mediação pelo crescimento, com fundamento na dinâmica dos mecanismos de mercado, impulsionando a geração de empregos e o financiamento dos serviços sociais, em especial atinentes à educação, saúde e segurança pública;
- b) por intermédio do custeio público, processo que não exige crescimento econômico acelerado, mas estrutura-se na formulação e implementação de políticas públicas relativas às disposições sociais, a exemplo da saúde e educação (2007, p. 61-66).

Abordando a questão do desenvolvimento, Veiga (2006, p. 84-86), utilizando especialmente as contribuições teóricas de Sen, aponta que esse processo somente ocorre quando o crescimento econômico está a serviço da expansão das capacidades humanas, que podem ser resumidas nos seguintes pontos: longevidade com saúde; instrução; acessibilidade a recursos que garantam uma vida digna; e capacidade de participação comunitária. Tal incremento na qualidade de vida deverá ser baseado na liberdade de escolha e nas capacidades decisórias sobre os destinos da comunidade e da sociedade, porque as pessoas são ao mesmo tempo atores e beneficiários do processo de desenvolvimento.

Dessarte, o desenvolvimento decorre das opções políticas que as nações fazem: se utilizam os frutos do crescimento econômico na perpetuação do *status quo*, ou seja, na manutenção ou aumento da concentração de renda das camadas mais abastadas da população, como a sociedade brasileira, ou se adotam procedimentos distributivos de renda, como foi o caso dos países que implementaram o modelo do Estado de Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial (VEIGA, 2006, p. 97-101; HABERMAS, 1987).

2.4. CRISE DO REFORMISMO E NOVAS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA SOCIAL

A reforma administrativa neoliberal implementada pelo Governo Collor, iniciado em 1990, espelhou-se na ideologia que pregava o Estado Mínimo, no diapasão do que Santos classifica como reformas de primeira fase, encarregadas de erigir um Estado “irresponsável” e voltadas contra o Estado de Bem-Estar Social, nos países centrais, e o Estado Desenvolvimentista, nos países semi-periféricos e periféricos, as quais trouxeram inúmeras dificuldades para a própria hegemonia do capitalismo global, como imigração massificada, epidemias e terrorismo ameaçando os países centrais (SANTOS, 1998, p. 4-5).

O tipo de reforma gerencial da Administração Pública posta em prática no Brasil, a partir de 1995, enquadra-se no que Santos chama de reformas de segunda fase, as quais propõem, na realidade, um Estado forte, só que para garantir o desempenho econômico do capitalismo mundializado, e não mais para assegurar direitos e inclusão sociais, implicando

numa nova configuração dos três princípios regulatórios típicos da modernidade: aliança entre o princípio do Estado com o princípio do mercado, sob o comando deste, em detrimento do princípio da comunidade. (SANTOS, 1998, p. 1; 5-7). Nesse sentido, Santos adverte:

É que como a reforma do Estado tem de ser levada a cabo pelo próprio Estado, só um Estado forte pode produzir eficazmente a sua fraqueza. Por outro lado, como toda desregulamentação envolve regulamentação, o Estado, paradoxalmente, tem de intervir para deixar de intervir. (1998, p. 4).

Na base das reformas mencionadas está a crise do reformismo, que dava suporte ao Estado Social, nos países centrais, e ao Estado Desenvolvimentista nos países semi-periféricos e periféricos, com a vigência de uma simetria entre os processos de repetição (manutenção da ordem) e de melhoria (processos de avanço e inclusão social). Iniciada na década de 1980, a citada crise decorreu de um projeto político no sentido da construção de um novo Estado na lógica da globalização, bem como da derrocada do Socialismo real, que provocou o desaparecimento das possibilidades revolucionárias, contraponto necessário à existência do reformismo (SANTOS, 1998, p. 3-4).

Santos descreve o momento histórico mencionado nos seguintes termos:

O capitalismo global e o seu braço político, o Consenso de Washington, desestruturaram os espaços nacionais de conflito e negociação, minaram a capacidade financeira e reguladora do Estado, ao mesmo tempo que aumentaram a escala e a frequência dos riscos até uma e outra ultrapassarem os limiares de uma gestão nacional viável. A articulação entre as três estratégias do Estado – acumulação, hegemonia e confiança -, que presidem ao reformismo, entrou em processo de desagregação e foi paulatinamente substituída por uma outra dominada inteiramente pela estratégia de acumulação. [...]

A força do Estado, que no período do reformismo consistiu na capacidade do Estado em promover interdependências não mercantis, passou a consistir na capacidade do Estado em submeter todas as interdependências à lógica mercantil. (1998, p. 3).

Contudo, Santos adverte que a crise do reformismo, embora implique numa sobreposição dos processos de exclusão aos de inclusão social, não significa necessariamente a vigência da “estagnação” (1998, p. 4), dando a entender que poderão haver espaços para construções sociais de caráter emancipatório.

Chauí, comentando as teses formuladas por Giddens acerca da emergência da Terceira Via como alternativa ao modelo neoliberal, discorre sobre a crise do Estado Social situando-a no âmbito da crise do modelo fordista-taylorista de condução do capitalismo:

O projeto da economia planejada só foi possível enquanto a acumulação e reprodução do capital se faziam sob a condução do modelo fordista (as grandes fábricas, organizadas em linha de montagem, com controle de todo o processo produtivo, desde a matéria-prima até a distribuição dos produtos, e sindicatos fortes) e do processo de trabalho

taylorista (ou “gerência científica”, encarregada de dividir as classes sociais entre dirigentes, que sabem, e executantes, que não sabem).

Duas crises simultâneas puseram por terra a economia planejada: de um lado, a crise geral do capitalismo nos anos 70 (estagflação, crise do petróleo), e, de outro, a crise do Estado de Bem-Estar (ou a “crise fiscal” do Estado). Essas crises levaram a uma mudança fundamental no modo de acumulação do capital (conhecida como acumulação flexível), que destruiu o modelo fordista-taylorista e abriu o caminho para o que ficaria conhecido como neoliberalismo ou “fundamentalismo do mercado”. [...]

Os desastres sociais do neoliberalismo (desemprego, tragédias ecológicas, violência urbana, terrorismo, narcotráfico, desigualdades sociais levadas ao extremo, miséria) e a presença dos movimentos sociais por direitos (feminismo, ecologia, direitos civis das minorias, lutas pela redução da jornada de trabalho e pelo emprego) trouxeram a social-democracia de volta. Mas com nova roupagem e o manto da Terceira Via como afirmação explícita.

(CHAUI, 1999, p. 3-4).

Dentre as propostas da Terceira Via, orientadoras dos Governos Clinton (Estados Unidos da América), Blair (Inglaterra) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil), estão a reforma do Estado, para que apresente performance semelhante às atividades privadas, e a reformulação do Estado Social, que passou a transferir as responsabilidades para as organizações da sociedade civil, que assumiram, em grande medida, o papel de substitutas da ação estatal. Nesse contexto, os direitos sociais são transformados em serviços sociais, presididos pela lógica puramente mercantil (CHAUI, 1999, p. 6-8). Chaui assim comenta o tema:

Esse curioso princípio é desenvolvido no livro de Giddens como a substituição da expressão "Estado do Bem-Estar" por "Sociedade do Bem-Estar": o Estado faz parcerias com empresas, sobretudo as do terceiro setor (ou serviços), para a criação de empregos e se desobriga do salário-desemprego; o Estado faz parcerias com empresas de saúde e se desobriga da saúde pública gratuita; o Estado faz parcerias com empresas de educação e se desobriga da educação pública gratuita etc. O Estado, por meio das parcerias, "investe no capital humano" (com empregos, saúde, educação) e se desobriga de pagar diretamente os benefícios, coibindo a preguiça, a ignorância, a doença, a imundície, a safadeza e outros males sociais.

[...] a Terceira Via mantém a prática neoliberal da opção preferencial do investimento dos fundos públicos para o capital, e não para o trabalho, e acrescenta duas pitadas social-democratas, isto é, para lembrar que a mercadoria humana é distinta da mercadoria não-humana e inserir as empresas no universo da responsabilidade moral.(CHAUI, 1999, p. 8-9).

Conforme assinala Habermas (1987, p. 102-109), o início da crise do Estado do Bem-Estar Social localiza-se na década de 1970, a partir do desmoronamento dos fundamentos da sociedade do trabalho, não tendo surgido outra alternativa a tal modelo de regulação social. Em razão desse movimento histórico, restam exauridas as utopias estruturadas nessa sociedade do trabalho.

A sociedade do trabalho, fundamentada na conciliação entre formas capitalistas econômicas e democracia, que gerou, além do pleno emprego de modelagem keynesiana, as indenizações de caráter compensatório pelos riscos atinentes ao trabalho assalariado (assistência médica, auxílio-desemprego, aposentadoria, pensões), não resistiu à reestruturação empresarial provocada pela segunda revolução industrial, que acabou motivando estagnação da economia, elevado desemprego e crise fiscal do Estado. O trabalho não mais pode ser garantido pelo Estado Social como um direito civil. Sem embargo, o sistema capitalista defronta-se com um dilema segundo o qual não é possível continuar florescendo sem a presença estatal, nem pode admitir a expansão ilimitada do Estado, como agente reformista. (HABERMAS, 1987, p. 102-109).

Seguindo Offe, Habermas aponta a vigência, nos países centrais, de três frentes reativas a tal situação de esgotamento da sociedade do trabalho e de crise do Estado de Bem Estar Social:

- a) Legitimismo sócio-estatal da sociedade do tipo industrial: situado no âmbito político da social-democracia de direita, seus representantes têm como meta principal conservar conquistas do Estado Social, abandonando os horizontes utópicos voltados à emancipação do trabalho de suas externalidades;
- b) Neoconservadorismo: atuando como crítica do Estado Social, privilegia a acumulação capitalista e a limitação das políticas sociais, valorizando as instâncias neocorporativas como *locus* privado de negociações sociais, bem como as políticas culturais que desqualifiquem o trabalho intelectual crítico, por um lado, e, por outro, fetichizem a cultura tradicional em seus aspectos morais, patrióticos e religiosos. Ademais, as relações hierárquicas entre centro e periferia do capitalismo passam a ter vigência no interior dos Países centrais, que passam a discriminar uma "periferia" dentro do "centro";
- c) Dissidência dos críticos do crescimento: formando uma articulação antiprodutivista, composta de minorias excluídas, embora pleiteiem a vertente democrática radical oriunda do Estado Social, tem sua ação limitada a um escopo meramente negativo. (HABERMAS, 1987, p. 109-111).

Comentando as ações neoconservadoras, que estiveram na base dos Governos Reagan (Estados Unidos da América) e Thatcher (Inglaterra), Habermas assim descreve as políticas de caráter cultural:

De um lado, ela deve desacreditar os intelectuais como um estrato do modernismo a um só tempo ávido de poder e improdutivo, uma vez que

valores pós-materiais — sobretudo as necessidades expressivas de auto-realização e os juízos críticos da moral de um Iluminismo universalista — são considerados como ameaça às bases motivacionais de uma ordenada sociedade do trabalho e da esfera pública despolitizada. De outro lado, a cultura tradicional deve ser fomentada, isto é, devem ser fomentadas as forças agregadoras da moralidade convencional, do patriotismo, da religião burguesa e da cultura popular. Essas forças estão aí com o fito de compensar a esfera da vida privada das cargas pessoais e para acolchoá-la contra a pressão da sociedade concorrencial e de modernização acelerada. (HABERMAS, 1987, p. 110).

Para Habermas ainda é possível haver continuação do Estado de Bem Estar Social, desde que a solidariedade social seja capaz de apresentar resistência frente aos dois outros recursos para atividades de governo com que contam as sociedades modernas: o dinheiro e o poder administrativo. E, ainda, deverá ocorrer “uma formação política da vontade” capaz de atuar positivamente nessa relação entre o mundo da vida estruturado comunicativamente, o Estado e a economia. (HABERMAS, 1987, p. 112).

Nesse sentido, todo projeto que tiver por meta a atuação governamental pautada na solidariedade, deverá ser capaz de fazer com que tenha expressão afirmativa a arena inferior — na qual se busca hegemonia cultural —, perante as outras duas que também integram o cenário das lutas políticas em contexto democrático capitalista: a das elites políticas assentadas no aparelho estatal, em primeiro plano, e a dos agentes coletivos que se agrupam em coalizões para obter o controle dos meios de produção e comunicação.

Assim, podem emergir “esferas públicas autônomas”, com capacidade de mobilizar a auto-organização e o uso dos meios de comunicação de maneira auto-organizada. (HABERMAS, 1987, p. 113). Habermas lança o seguinte comentário sobre o tema:

Nesta arena não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições. Trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a defesa de subculturas tradicionalmente estabelecidas ou a transformação da gramática de formas de vida legadas. Exemplos de um oferecem os movimentos regionais e, de outro, os movimentos feministas ou ecologistas. Essas lutas permanecem quase sempre latentes, elas têm lugar nos microdomínios da comunicação cotidiana, apenas de vez em quando condensam-se em discursos públicos e em intersubjetividades de nível mais alto. (HABERMAS, 1987, p. 113).

Nessa passagem da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação, contexto no qual o Estado Social entra em crise, Habermas ainda visualiza possibilidades utópicas que possam dar corpo a novas configurações políticas de acento emancipador:

De certo, com o abandono dos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho não se acaba de modo algum e em geral a dimensão utópica da consciência da história e da disputa política. Quando secam os oásis utópicos estende-se um deserto de banalidade e perplexidade. Insisto em

minha tese de que a autoconfiança da modernidade é hoje como ontem estimulada por uma consciência de atualidade na qual o pensamento histórico e o pensamento utópico fundiram-se um ao outro. [...]

O que se deixa discernir normativamente são condições necessárias, embora gerais, para uma práxis comunicativa cotidiana e para um processo de formação discursiva da vontade, as quais poderiam criar as condições para os *próprios* participantes realizarem – segundo necessidades e idéias *próprias*, e por iniciativa *própria* – possibilidades concretas de uma vida melhor e menos ameaçada. (HABERMAS, 1987, p. 114).

Visualiza-se, no aspecto assim apontado, convergências entre as abordagens de Habermas e de Santos, na medida em que tais autores assinalam a possibilidade da construção histórica de situações emancipatórias gestadas no bojo dos esforços de mudança social, onde os atores da sociedade civil desempenham importante papel, como agentes de sua própria história.

2.5. CAMPOS DE MUDANÇA SOCIAL: ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL

Figuram como importantes, neste trabalho, as discussões, presentes na obra de Habermas, acerca da esfera pública e da sociedade civil.

A esfera pública configura-se como uma estrutura de natureza intermediária que se interpõe entre o sistema político e os campos do mundo da vida, distribuindo-se de modo complexo em forma de redes culturais, locais, nacionais e internacionais, tendo como função precípua a captação e tematização das demandas formuladas no âmbito societal, não devendo, contudo, ser visualizada como uma instituição, um sistema ou uma organização, dada a abertura de fronteiras que a caracteriza. Historicamente, Habermas localiza a emergência da esfera pública, como burguesa e moderna, na Europa dos séculos XVII e XVIII, caracterizando-se por reuniões de membros da burguesia para a leitura de jornais e outras publicações periódicas (HABERMAS, 1997, p. 93; 97-98 e 107). Segundo o citado autor:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 1997, p. 92).

Com efeito, para Habermas a esfera pública divide-se em três tipos: 1. episódica: relativa a encontro de pessoas nas ruas, bares, restaurantes; 2. da presença organizada:

exemplificada pelas ações de partidos políticos, de entidades de cunho religioso, de associações de pais, de frequentadores de teatros e shows musicais; 3. abstrata: relacionada às atividades das organizações dos meios de comunicação, como os públicos de leitores, ouvintes e expectadores situados em escala global (1997, p. 107).

Habermas (1997, p. 96) também chama a atenção para a necessidade de se fazer uma separação entre os atores sociais que têm sua ação na esfera pública legitimada pela pertença aos âmbitos comunitários e, portando, articulam suas demandas específicas, daqueles que agem apenas na condição de representantes de grupos de interesses, orientados para a interferência no sistema político, figurando como meros aproveitadores.

Outro ponto que Habermas assinala diz respeito aos efeitos dos meios de comunicação de massa sobre a ação social mediada pela esfera pública. É que grupos economicamente poderosos exercem o domínio dos canais midiáticos, especialmente os eletrônicos, conduzindo as mensagens sob uma lógica publicitária, implicando numa despolitização dos discursos públicos comunicativos, fato que tem sido alvo de estudos por parte de diversos teóricos da comunicação e da indústria cultural. Contudo, lembra o autor citado que os trabalhos de pesquisa relativos à recepção dos conteúdos gerados no âmbito da comunicação ampliada têm apresentado resultados que afastam a hipótese de que o consumo desses produtos ocorra passivamente, mostrando, de modo contrário, as possibilidades interpretativas dos usuários da mídia (HABERMAS, 1997, p. 110-111).

Quanto à sociedade civil, Habermas a conceitua nos seguintes termos:

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. (HABERMAS 1997, p. 99).

Habermas alerta que a sociedade civil e a esfera pública são marcadas pelo caráter de auto-referencialidade, para garantia da própria estabilidade, não podendo confiar apenas na vigência dos direitos e garantias formativos do Estado de direito. Nesse sentido, os agentes sociais comprometidos com as possibilidades de ampliação das capacidades expressivas da sociedade civil, engajam-se tanto no sentido de exercer influência no âmbito da política, quanto na tarefa reflexiva de estabilizar e alargar o escopo da esfera pública e da sociedade civil. É nessa dupla frente que têm atuado os novos movimentos sociais, inclusive abrindo espaço para a constituição de *contra-esferas públicas* no âmbito das sub-culturas e *contra-instituições*.

De outra parte, Habermas (1997, p. 102-105), seguindo Cohen e Arato, aponta que é necessário perseguir uma racionalização das camadas do mundo da vida, donde surgem essas demandas postas em debate no âmbito da sociedade civil, para que não haja espaço para a legitimação de expressões populistas antimodernas, ou modernas apenas na aparência, e antidemocráticas, bem como é de fundamental importância, para as práticas democráticas, atrelar as propostas e demandas socialmente formuladas a canais deliberativos democraticamente estruturados, para evitar a dispersão na mera informalidade discursiva. Referido autor remete às seguintes palavras de Cohen e Arato:

Em nossa opinião, a combinação das associações, dos públicos e dos direitos, na medida em que for sustentada por uma cultura política onde as iniciativas e os movimentos independentes mantêm uma opção política legítima e suscetível de ser renovada a todo momento, representa um conjunto eficaz de baluartes edificados ao redor da sociedade civil, em cujos limites é possível reformular o programa de uma democracia radical. (*apud* HABERMAS, 1997, p. 104).

Destarte, Habermas (1997, p. 113-115) dá relevo às possibilidades de mobilização da sociedade civil, em especial nos momentos de crise, quando podem ser rompidas amarras impostas tanto pelas organizações da comunicação de massa, sob hegemonia de grandes grupos capitalistas, quanto pelos sistemas parlamentar e governamental, que via de regra, procuram domesticar os impulsos das camadas populares oriundas do mundo da vida, limitando-lhes a influência.

O autor citado aponta que a pauta de discussões já há algum tempo em voga, acerca de questões ambientais de grande impacto mundial, feministas, sobre a pobreza nos países da periferia capitalista, além de assuntos éticos e culturais, foi formulada pelos agentes e grupos sociais que militam na sociedade civil, não sendo meros produtos de atores políticos profissionais. Assim:

Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a *iniciativa* de levantar esses problemas. Quem os lança são intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, “advogados” autoproclamados, etc. Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidades, etc. onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de movimentos sociais e de novas subculturas. (HABERMAS, 1997, p. 115).

Quando a crise social está em proporções mais agudas, com imposições de decisões políticas vistas pelos atores da sociedade civil como desprovidas de legitimidade, podem surgir ações de desobediência civil, de natureza simbólica e não-violenta, como uma forma de pressionar os governos à revisão dos atos sob a censura popular, tendo ainda a capacidade de

fomentar a atualização do arcabouço normativo do Estado democrático de direito, sob a égide constitucional. Nesse diapasão, a Constituição do Estado-nação é percebida como um projeto inacabado de uma sociedade ancorada na justiça, exigindo, para a asseguarção dos pressupostos do Estado de direito, revisões e atualizações à luz dessas demandas originadas das práticas democráticas da sociedade civil (HABERMAS, 1997, p. 117-119).

Quanto ao papel da solidariedade social para o êxito dos movimentos sociais, Habermas lança a seguinte observação:

Para saber se os atores se contentam em utilizar uma esfera pública já constituída ou se participam ativamente na reprodução das suas estruturas, é necessário observar se eles são sensíveis às ameaças que envolvem os direitos de comunicação, e se estão dispostos a ir além da defesa dos próprios interesses, levantando barreiras contra formas camufladas ou escancaradas de exclusão e de repressão de minorias e de grupos marginalizados. Para os movimentos sociais, é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que permitem esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicacionais existentes. (HABERMAS, 1997, p. 109).

Vê-se, assim, que a posição de Santos sobre as possibilidades sociais emancipatórias aproxima-se, de certo modo, do que defende Habermas, sobretudo no que diz respeito à centralidade da solidariedade societal na construção de novos arranjos políticos, na direção da mudança social. Outro ponto de aproximação dos referidos autores situa-se na percepção da Constituição do Estado-Nação como um projeto inacabado (HABERMAS, 1997, p. 118; SANTOS e AVRITZER, 2005, p. 57, 65), uma pauta de demandas possível de ser defendida, na implementação da qual reside a razão de ser de uma parcela significativa dos movimentos sociais.

3. TERCEIRO SETOR, AÇÕES PEDAGÓGICAS E PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Nesta parte é focalizado o papel desempenhado pelo Terceiro Setor e as relações deste com o Poder Público, bem como aborda-se a Educação Profissionalizante, a Educação Ambiental e os novos comportamentos atinentes à produção e ao consumo, a partir de literatura selecionada a respeito desses temas.

3.1. O PAPEL DO TERCEIRO SETOR E RELAÇÕES COM O ESTADO

Por Terceiro Setor, Santos (1998, p. 5) entende que é um conceito de corte vago utilizado para designar um amplo espectro de organizações sociais de natureza nem estatal nem privada: cooperativas, associações mutualistas e organizações não governamentais, de voluntariado, comunitárias e de base.

Tratando do tema em debate, Souza (2004, p. 96) assinala que Terceiro Setor abrange “toda ação, sem intuito lucrativo, praticado por pessoa física ou jurídica de natureza privada, como expressão da participação popular, que tenha por finalidade a promoção de um direito social ou seus princípios” (*apud* VIOLIN, 2006, p. 80).

Os termos empregados para nomear o chamado Terceiro Setor variam de acordo com o contexto histórico. Na França usa-se “economia social”; nos países anglo-saxônicos utilizam-se “setor voluntário” e “organizações não lucrativas”; nos países da periferia do capitalismo é mais usual a expressão “Organizações não Governamentais” (SANTOS, 1998, p. 6).

Citando Coelho e Montañó, Violin (2006, p. 88-91) observa que o termo Terceiro Setor foi utilizado primeiramente nos Estados Unidos da América na década de 1970 e na Europa na década de 1980, figurando o Estado como Primeiro Setor e o mercado como o Segundo Setor. Porém, Violin salienta que tal classificação encontra resistência em diversos autores que se debruçam sobre o tema.

Sociedade Civil Organizada parece, na opinião de Violin, o termo mais adequado para caracterizar o chamado Terceiro Setor. Contudo esse autor arrola alguns sinônimos que são correntemente utilizados: “setor não lucrativo”, “setor de utilidade pública”, “economia social”, “setor público não-estatal”, “setor voluntário”, “setor independente”, “organizações

não lucrativas”, “organizações não governamentais”, “organizações voluntárias” (2006, p. 91).

Violin (2006, p. 80-82; 90-99) visualiza como principais componentes do Terceiro Setor:

- a) Organizações Não-Governamentais
- b) Movimentos Sociais
- c) Entidades de benefício público e benefício mútuo
- d) Cooperativas
- e) “Responsabilidade Social” do Mercado

Parte Violin do princípio de que todas as entidades de natureza privada sem fins lucrativos são integrantes do Terceiro Setor (2006, p. 95). A propósito, o citado autor assim define as pessoas jurídicas sem fins lucrativos:

Utiliza-se a expressão “sem fins lucrativos” apenas para as entidades que não distribuam entre seus membros (sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores) eventuais excedentes, aplicando-os apenas para o atendimento do seu objetivo constante do seu ato constitutivo. [...] O novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em seu art. 44, simplificou a questão e enumerou as pessoas jurídicas de direito privado como sendo as **associações**, as **sociedades** e as **fundações**. A Lei nº 10.825/2003 ainda incluiu neste rol as **organizações religiosas** e os **partidos políticos**. Com exceção das sociedades, as demais pessoas jurídicas de direito privado não têm fins lucrativos ou econômicos. (2006, p. 135).

Em relatório divulgado em 2001, o BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, assim reporta-se ao chamado Terceiro Setor:

[...] observa-se o crescimento de um “**terceiro setor**”, coexistindo com os dois setores tradicionais: o **primeiro setor**, aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas, corresponde às ações do Estado e o **segundo setor**, correspondente ao capital privado, sendo a aplicação dos recursos revertida em benefício próprio. O **terceiro setor** constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001, p. 4).

Realizando estudo realizado sobre o tema, com enfoque especial nas questões do controle e da fiscalização sobre as relações com o Estado, Nunes (2006) define Terceiro Setor nos seguintes termos:

A tradicional dicotomia entre Setor Público e Setor Privado foi quebrada com o surgimento do chamado Terceiro Setor. Além do Estado, conhecido como Primeiro Setor, e o Mercado, que corresponde ao Segundo Setor,

surge essa terceira facção, que pode ser definida como um conjunto de organizações de origem privada, dotadas de autonomia, administração própria e finalidade não lucrativa, cujo objetivo é promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania (p. 25).

As Organizações Não-Governamentais têm sua origem associada ao assessoramento dos movimentos sociais, não tendo de *per se*, no Brasil, personalidade jurídica, ao menos que estejam organizadas sob a forma de associação ou fundação. A atuação de tais entidades está geralmente associada a uma ação mais politizada, lutando pela afirmação de direitos e pela melhoria da qualidade de vida das pessoas (VIOLIN, 2006, p. 80-81).

O termo Organização Não-Governamental (*NGO – Non-Governmental Organizations*) foi empregado primeiramente na Carta das Nações Unidas redigida em 26 de junho de 1945, na cidade de São Francisco, Califórnia-EUA, e, segundo BEUX, originaram-se com a Lei nº 1, de 1901, da França, a qual trouxe para o ordenamento jurídico positivo a possibilidade de livre associação (*apud* VIOLIN, 2006, p. 81).

No que concerne aos Movimentos Sociais, alguns autores, inclusive no campo da doutrina jurídica, afirmam que não integram o chamado Terceiro Setor, por não se constituírem formalmente como pessoas jurídicas. Violin (2006, p. 92-94) coloca-se ao lado dos que admitem a participação dos Movimentos Sociais no Terceiro Setor, chamando a atenção para o importante papel que desempenham no sentido da contestação e reivindicação de melhorias sociais.

As entidades de benefício público são de caráter exógeno, ou seja, suas atividades são de interesse público e direcionadas ao público em geral, a exemplo das que defendem interesses específicos ou minoritários, como ecologia, proteção de direitos de negros, índios, homossexuais e mulheres. As entidades de benefício mútuo são de caráter endógeno, voltadas para a defesa de interesses coletivos dos associados, mas não públicos. Violin entende que tais organismos, sendo sem fins lucrativos, integram o chamado Terceiro Setor. Contudo as entidades de benefício mútuo, por não atenderem ao interesse público, não podem ser fomentadas pelo Estado (2006, p. 94-95).

As cooperativas, reguladas pela Lei nº 5.764/1971, são sociedades de natureza econômica, porém sem fins lucrativos, porquanto apenas repassam as sobras ou resultados de forma proporcional à operação de cada sócio, sendo vedado que sócios sejam beneficiados com os resultados que caberiam a outros. A Lei nº 9.867/1999 previu a criação das cooperativas sociais, sem objetivos econômicos. Violin (2006, p. 95-98), na esteira de Santos

(1998), entende que todas as cooperativas, e não apenas as sociais, fazem parte do Terceiro Setor, em razão de não terem finalidade lucrativa.

As atividades atinentes à chamada responsabilidade social do mercado parecem ser as de mais difícil caracterização como participantes do Terceiro Setor. Com efeito, Violin (2006, p. 98-99) entende, de forma bastante acertada, que somente aquelas atividades que não tenham, mesmo que indiretamente, finalidade de obtenção de vantagens, podem ser enquadradas no rol de entidades do Terceiro Setor. É que diversas empresas, com o intuito de melhorar a performance, realizam atividades aparentemente de cunho social e desinteressado, como ajudar comunidades carentes próximas de suas instalações para diminuir a violência, ou ainda revertem para fundações, em alguns dias, o lucro decorrente da venda de um tipo de produto, ao passo que incrementam em muito a venda de outros produtos relacionados, caracterizando ações meramente orientadas para elevação do lucro, ou ainda para realização do chamado *marketing* social, de grande eficácia para a imagem pública das empresas.

Citando Dupas, Violin (2006) lança o seguinte comentário sobre a matéria:

Gilberto DUPAS ainda entende que a responsabilidade social das empresas liga-se à substituição da idéia de deliberação participativa sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos sociais, cuja distribuição é decidida aleatória e privadamente (p. 99).

Quanto a esse aspecto das ditas ações sociais empresariais, também é interessante chamar a atenção para as vantagens econômicas que as organizações empresariais, as fundações mantidas por empresas, artistas e celebridades, bem como os doadores particulares, obtêm através de benefícios fiscais, sendo tais atitudes “voluntaristas” meras operações mercadológicas de fachada, além de que, como já dito, reforçadoras do *marketing* social desses supostos voluntários. Dessa forma, tais ações impregnadas de calculabilidade lucrativa, inclusive do ponto de vista simbólico, não podem ser tidas como integrantes do Terceiro Setor, que conceitualmente tem seu *modus operandi* centrado na lógica solidária.

Contudo, mesmo naqueles casos de “filantropia” calculada, a exemplo de uma dada empresa que mantenha uma escola comunitária com vistas à diminuição da violência nos arredores de seu negócio, se mantida uma razoável qualidade do ensino, o benefício social obtido pelos alunos torna tal ação relevante, posto que em muitas áreas o Estado é ausente no provimento das demandas sociais e, para modificar esse quadro, seriam necessárias reformas estruturais que não parecem possíveis em países periféricos, ao menos neste momento histórico.

Mais adequado do que a posição de Violin (2006), que rejeita o termo Terceiro Setor, preferindo a idéia de sociedade civil conforme formulada por Gramsci – como parte do

Estado ampliado -, parece ser o posicionamento defendido por Hardt e Negri (2001), que distinguem, dentre as organizações da sociedade civil, aquelas que estão em sintonia com a orientação do neoliberalismo e as que se voltam a “representar diretamente interesses humanos globais e universais”, sendo estas últimas as que se alinham com a proposta reformista aqui tida como mais apropriada às ações de inclusão social, em escalas local, nacional e global.

Com efeito Hardt e Negri (2001), discorrendo acerca de como se configura o poder global, assim asseveram sobre as Organizações Não Governamentais (ONGs) como parte de uma sociedade civil global:

As forças mais novas e talvez mais importantes da sociedade civil global chamam-se organizações não governamentais (ONGs). O termo ONG não recebeu uma definição rigorosa, mas podemos defini-lo como qualquer organização que pretenda representar o Povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas de estado (e geralmente contra elas). Para muita gente, com efeito, as ONGs são sinônimo de “organizações do povo” porque o interesse do Povo é definido como distinto do interesse do Estado. Essas organizações operam em nível local, nacional e supranacional. [...] De fato, pode ser verdade que as atividades de muitas ONGs sirvam para promover o projeto neoliberal de capital global, mas é preciso ter o cuidado de assinalar que isso não define, adequada e categoricamente, as atividades das ONGs. O fato de não ser governamental, ou mesmo de se opor aos poderes dos Estados-nação, não basta para pôr essas organizações ao lado dos interesses do capital. Há muitas maneiras de estar fora do Estado e a ele se opor, e o projeto neoliberal é apenas uma delas. Para a nossa argumentação, e no contexto do Império, estamos mais interessados num subconjunto de ONGs que se esforçam para representar os últimos entre nós, aqueles que não podem se representar a si próprios. Essas ONGs, às vezes caracterizadas genericamente como organizações humanitárias, estão de fato entre as mais fortes e eminentes na ordem global contemporânea. Seu mandato não consiste, a rigor, em promover os interesses particulares de qualquer grupo delimitado, mais sim em representar diretamente interesses humanos globais e universais. (p. 333-334).

Por outro lado, é importante notar que a caracterização de Terceiro Setor como algo localizado fora do aparato estatal não encerra apenas nuances negativas, como parece crer Violin (2006), mas também pode trazer consigo possibilidades emancipatórias, ao traduzir relativa independência diante do poder do Estado e seus mecanismos de captura. Com efeito, os componentes do chamado Terceiro Setor mais avançados politicamente – embora venham a ter efetivas vinculações com o Estado, através de financiamento e subvenções -, podem ter a capacidade decisória sobre a destinação dos recursos obtidos, utilizando-os dentro de uma lógica de beneficiamento comunitário, e não, por exemplo, como alavanca de lideranças carismáticas ou “curral” eleitoral de políticos profissionais.

O surgimento do Terceiro Setor, para Santos (1998, p. 6), tem lugar nos países centrais no Século XIX, como uma construção social alternativa ao modelo capitalista, baseada na lógica do combate do isolamento individual perante o Estado e o mercado, muito embora as motivações ideológicas tenham sido diversas, como posições socialistas, liberais e fundadas no cristianismo social. Partindo da defesa da autonomia de associação, esse Terceiro Setor fundamentava-se, do ponto de vista normativo, nos valores cooperativos, solidários, de confiança, bem como educativos, voltados à busca de outras formas produtivas e de consumo. Como exemplo desse Terceiro Setor, é possível citar cooperativas e mutualidades européias, que atuaram no campo da proteção social, da saúde e dos acidentes de trabalho.

O Terceiro Setor ressurgiu nos países capitalistas centrais no final da década de 1970, o qual, embora se apresente de forma distinta, possui laços com o antigo modelo institucional. Nos países semi-periféricos e periféricos, o chamado Terceiro Setor emergiu nesse mesmo período, especialmente como Organizações não Governamentais nacionais e transnacionais, motivadas, endogenamente, pelos movimentos sociais em curso, em especial aqueles ligados à redemocratização, e, exogenamente, pelo fato de os países do centro terem passado a privilegiar os entes institucionais não estatais como beneficiários de recursos atinentes às políticas internacionais de cooperação e assistência (SANTOS, 1998, p. 6).

Incluem-se ainda no Terceiro Setor as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), originárias da Reforma do aparelho do Estado brasileiro de 1995, objeto de criação da Lei nº 9.790/1990.

Com efeito, considerada como o atual marco legal do Terceiro Setor, a citada Lei nº 9.790/1999, além de estabelecer nova disciplina para o segmento, regulou a concessão da qualificação de OSCIP às entidades prestadoras de serviços como assistência social, atividades de natureza cultural e de defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, ações educacionais e de saúde gratuitas, preservação do meio ambiente e promoção de trabalho voluntário. Referido Diploma Legal inovou também ao prever a remuneração dos dirigentes de instituições do Terceiro Setor (IBGE, 2001, p. 10-11).

Contudo, foram mantidas as qualificações antes vigentes: o Certificado de Fins Filantrópicos, concedido pelo Ministério da Previdência Social, a partir do Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e a Declaração de Utilidade Pública Federal, outorgada pelo Ministério da Justiça, a qual serve de passaporte para obtenção de benefícios fiscais (IBGE, 2001, p. 10-12).

Merece destaque que a adesão à qualificação de OSCIP foi inicialmente muito baixa, considerando que, após dois anos de vigência da Lei autorizadora, somente seiscentas

entidades buscaram tal credenciamento, das quais apenas 35% (trinta e cinco por cento) foram exitosas. A razão principal que se apresenta para a exígua procura pela nova chancela legal é o custo operacional do procedimento, ante a falta de modificação da legislação tributária para acobertar benefícios fiscais específicos (IBGE, 2001, p. 11-12).

A propósito, a legislação fiscal brasileira concede imunidade tributária, consistente na desobrigação do pagamento de imposto de renda sobre patrimônio e serviços, às instituições do Terceiro Setor que prestam serviços educacionais e de assistência social, com a condição de que apliquem os recursos exclusivamente no Brasil e não distribuam como lucros parcelas patrimoniais ou da renda auferida (IBGE, 2001, p. 10-12).

Além das formas cristalizadas de articulação entre o Estado e o Terceiro Setor, consubstanciadas nos contratos, regidos pela Lei nº 8.666/1993, e convênios, regulados pela Instrução Normativa nº 1/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei nº 9.790/1999, que foi regulamentada pelo Decreto do Poder Executivo Federal nº 3.100/1999, trouxe ao mundo jurídico a figura do Termo de Parceria, com o fito de estabelecer cláusulas para definição de objetivos, metas, e resultados a serem alcançados. Contudo, a utilização desse instrumento tem sido de pequena monta, em face da baixa adesão ao novo modelo institucional (IBGE, 2001, p. 13-14).

Apoiado na pesquisa “As organizações sem fins lucrativos no Brasil, ocupações, despesas e recursos”, efetivada em 1999 pelo Instituto John Hopkins em associação com o Instituto Superior de Ensinos Religiosos – ISER -, a partir de dados coletados em 1995, o BNDES, em relatório divulgado em 2001 (p. 15-20), dimensiona o Terceiro Setor no Brasil nos termos adiante sumariados:

- a) Quanto à participação no total de empregos, o Terceiro Setor corresponde a 4,8% (quatro vírgula oito por cento).
- b) O número de pessoas ocupadas em atividades relacionadas ao Terceiro Setor é estimado em um milhão e quinhentas mil, das quais aproximadamente trezentas mil participam com trabalho voluntário.
- c) Entre 1991 e 1995 foram criados aproximadamente trezentos e quarenta mil postos de trabalho no referido Setor.
- d) As despesas operacionais das instituições componentes do Terceiro Setor, no ano de 1995, totalizaram dez bilhões e novecentos milhões de dólares, aproximadamente equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do PIB brasileiro em 2001.
- e) Quanto ao orçamento dos entes integrantes do Terceiro Setor brasileiro, 68,3% (sessenta e oito vírgula três por cento) correspondem a receitas endógenas, 14,5

(catorze vírgula cinco por cento) são provenientes do poder público e 17,2 (dezessete vírgula dois) originam-se de doações de cunho privado, sendo o aporte da atividade empresarial da ordem de apenas 3,2% (três vírgula dois por cento) do total das receitas.

Partindo de Rousseau, para quem o princípio da comunidade exige a obrigação política horizontal e solidária entre cidadãos, e o princípio do Estado é presidido pela obrigação política vertical entre cidadãos e Estado, Santos aponta:

Muito em geral poderá dizer-se que a emergência do terceiro sector significa que finalmente o terceiro pilar da regulação social na modernidade ocidental, o princípio da comunidade, consegue destronar a hegemonia que os outros dois pilares, o princípio do Estado e o princípio do mercado, partilharam até agora com diferentes pesos relativos em diferentes períodos. (1998, p. 6).

Santos (1998, p. 7-8), contudo, questiona se o princípio da comunidade terá condições e autonomia para suportar uma nova regulação social, após ter passado um século sob o domínio do Estado e do mercado. Partindo da convicção de que nem o mercado nem o Estado estão em crise, mas que há a presença de uma nova forma política de Estado, voltada para servir de esteio às atividades do mercado, em detrimento das políticas de proteção social, o autor reputa como importante responder como será o comportamento desse novo Estado, no contexto de uma nova regulação social, no que respeita à produção dos quatro bens públicos que o Estado havia assumido para si à época do Estado Social e do Estado Desenvolvimentista: 1) legitimidade; 2) bem estar social e econômico; 3) segurança; 4) identidade cultural.

Esse contexto de crise do Estado socialmente orientado, logicamente coincidente com o desaparecimento do dito socialismo real, vem a provocar o ressurgimento do Terceiro Setor nos Países centrais e sua emergência na periferia do capitalismo, como uma alternativa induzida para o provimento dos bens públicos citados, embora tenham surgido iniciativas de caráter espontâneo, como organizações voltadas para a reinclusão social de pessoas descartadas nos processos de desindustrialização ou nos processos de reestruturação do setor industrial. Nesse sentido, chama-se a atenção para as vulnerabilidades do Terceiro Setor nesse quadro de retração dos direitos sociais que tinham sido conquistados, embora não implique isso na impossibilidade de construção de uma nova regulação social, com efetiva participação do Terceiro Setor, fulcrada em políticas de inclusão social e democratização (SANTOS, 1998, p. 8-9).

Embora afirme que há diferenças estruturais significativas no Terceiro Setor nos países centrais e nos periféricos, Santos (1998, p. 9) alerta para as convergências existentes, como o fato do Terceiro Setor ter surgido na periferia capitalista na vigência de uma “ortodoxia transnacional”, representada pelas posições neoliberais e pelo Consenso de Washington, com a presença das Organizações não Governamentais voltadas para o desenvolvimento, que se encarregam do fomento preferencial a Organizações não Governamentais dos países da periferia capitalista, formando redes internacionais.

Essas redes nacionais e transnacionais podem prestar-se a viabilizar consensos dos objetivos particularistas com uma orientação de caráter universalista, bem como podem ter um importante papel na construção de uma “globalização contra-hegemônica”, uma vez preservada a natureza autônoma e as particularidades das entidades do Terceiro Setor (SANTOS, 1998, p. 11-12). Embora advirta acerca do atual enfraquecimento das redes transnacionais, com a perda de centralidade das políticas de financiamento internacional e o fato de muitos financiamentos processarem-se sem a mediação das ONGs dos países doadores, Santos dá realce às potencialidades emancipadoras do Terceiro Setor e aos processos de globalização contra-hegemônica, apontando:

Chamo globalização contra-hegemônica a articulação transnacional de movimentos, associações e organizações que defendem interesses e grupos subalternizados ou marginalizados pelo capitalismo global. A globalização contra-hegemônica é fundamental para organizar e disseminar estratégias políticas eficazes, criar alternativas ao comércio livre por via de iniciativas de comércio justo e garantir o acesso das ONGs dos países periféricos ao conhecimento técnico e às redes políticas onde emergem as políticas hegemônicas que afectam estes países (1998, p. 12).

Quanto às relações entre o Terceiro Setor e o Estado, no caso dos países centrais, durante a vigência do Estado de Bem-Estar Social, predominou a independência da sociedade civil, por um lado, e por outro, nesse contexto democrático, foi possível haver atividades cooperativas, especialmente no que se refere a sindicatos de trabalhadores. Nos países da semiperiferia e da periferia capitalista, que passaram por períodos de governos autoritários e que tiveram políticas sociais bastante frágeis, essas relações pautaram-se mais por instabilidades, em que o Terceiro Setor sofreu restrições ou foi tratado como mero instrumento do Estado. Apesar disso, há possibilidade da construção de relações de complementaridade ou mesmo de confrontação com o Estado, em que as organizações do Terceiro Setor atuem não apenas na execução das políticas públicas, mas também na formulação da própria agenda social, reforçando a orientação democrática e inclusiva (SANTOS, 1998, p. 12-13).

Conforme Santos (1998), a segunda fase de reformas do Estado, que sucedeu à fase neoliberal do Estado mínimo, abriga, sob a rubrica de “reinvenção do Estado”, duas frentes reformistas situadas em pólos opostos: “Estado-empresário” e “Estado-novíssimo-movimento-social”. O tipo Estado-empresário, herdeiro do legado neoliberal e que vislumbra uma divisão entre atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado, fundamenta sua ação em dois pilares: privatização das funções consideradas não exclusivas do Estado e submissão da administração estatal a critérios gerenciais típicos das organizações de natureza privada, como competitividade, busca de resultados e prestação de serviços a consumidores, tendo como ponto de sustentação a aliança entre os princípios do Estado e do mercado, submetidos à discricionariedade mercantil.

Trata-se, pois, da transformação dos cidadãos, atores ativos de sua história, em meros consumidores. O fundamento teórico mais evidente do Estado-empresário é o livro “Reinventando o Governo”, de Osborne e Gaebler (1997), que serviu de base à reforma administrativa do Governo Clinton, nos Estados Unidos da América, bem como a outras propostas recomendadas pelo Banco Mundial, em especial para os países periféricos.

No que concerne à suposta separação entre atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado, Santos aponta que não faz sentido, uma vez que as ações a cargo do Estado sempre resultaram de embates políticos e não de definições apriorísticas (SANTOS, 1998, p. 13; 16).

Essa posição de Santos ecoa a lição de Weber (1989), que assinalou:

Em verdade, quase não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez; de outro lado não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sido sempre atribuídas, com *exclusividade*, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituíram, historicamente, nos precursores do Estado moderno (p. 56).

A reforma gerencial implantada no Brasil em 1995 enquadra-se no escopo conceitual do Estado-empresário. Nesse ponto, é interessante assinalar que durante o primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), esse processo de reforma gerencial não avançou e chegaram a ser criadas instituições nos moldes burocráticos, a exemplo de universidades públicas. Com efeito, Bresser Pereira (2005) queixa-se do que para ele significa uma ação administrativa retrógrada:

Desde 2003 assistimos a estagnação e retrocesso na esfera federal, enquanto tais propostas avançam nos governos estaduais e em municípios. Estagnação da reforma das estruturas, com ampliação do número de organizações baseadas em formatos tradicionais – vide aumento do número de ministérios e secretarias de Estado, a criação de sete novas universidades com o mesmo formato institucional das atuais e enrijecidas universidades públicas federais, ou tentativas de impor formatos rígidos a entidades

dotadas de algum grau de autonomia – por exemplo, a proposta de transformar em autarquia o Grupo Hospitalar Conceição, cujo formato atual de sociedade de economia mista lhe confere muito mais flexibilidade; ou ainda nas propostas de alteração do modelo das agências reguladoras.

Por outro lado, o retrocesso é claro quanto à organização do serviço público – concurso, política salarial, extensão de benefícios a aposentados, politização dos cargos de confiança. Os concursos voltaram a recrutar pessoal de nível médio e para funções de apoio administrativo, em alguns casos destinados a “reverter a terceirização”, conforme anunciado por portavozes do governo federal. (p. 11-12).

Assim, podemos estar diante de um novo momento em que o princípio do mercado deixa de gozar de esmagadora centralidade, com um certo esmaecimento dos processos de reformas do aparelho do Estado apenas na direção de beneficiar as atividades econômicas, abrindo-se espaços para a implementação de políticas sociais, ainda que este seja um movimento muito lento e pontuado por retrocessos.

Quanto à possibilidade de vigência do Estado novíssimo movimento social, Santos (2006, p. 374-375) observa que tem como pressuposto a democracia distributiva (democracia participativa + fiscalidade participativa) e o Estado experimental, o qual consiste na abertura a novas configurações institucionais necessárias à adaptação das funções estatais ao novo papel de coordenador do espaço público não estatal, onde passou a ter lugar a regulação social por subcontratação. Para que o Estado experimental tenha qualidade democrática, é preciso que garanta oportunidades iguais às proposições institucionais concorrentes, bem como que assegure condições mínimas de inclusão social, de forma que possa ocorrer o monitoramento e a avaliação, no marco da cidadania, dessas propostas institucionais em competição.

Ainda quanto ao “Estado novíssimo movimento social”, Santos (2006) destaca:

O Estado como novíssimo movimento social é um Estado articulador que, não tendo o monopólio da governação, retém contudo o monopólio da meta-regulação, ou seja, o monopólio da articulação no interior da nova organização política. A experimentação externa do Estado nas novas funções de articulação tem, como vimos, de ser acompanhada por experimentação interna, ao nível do desenho institucional que assegura com ampla eficácia democrática essa articulação (p. 376).

Para Santos (2006), esse Estado experimental é o esteio de um novo Estado de Bem-Estar Social. Com efeito:

Sendo imprudente tomar nesta fase opções institucionais irreversíveis, deve transformar-se o Estado num campo de experimentação institucional, permitindo que diferentes soluções coexistam e compitam durante algum tempo, com caráter de experiências-piloto, sujeitas à monitoração permanente de colectivos de cidadãos com vista a proceder à avaliação comparada dos desempenhos. [...]

O novo Estado de bem-estar é um Estado experimental e é a experimentação contínua com participação activa dos cidadãos que garante a sustentabilidade do bem-estar. (2006, p. 375).

Contudo, recomenda Santos (2006, p. 376), os procedimentos sociais atinentes à democracia redistributiva não devem restringir seu campo de luta ao âmbito do Estado nacional, devendo antes procurar articular-se em redes transnacionais de colaboração com o fito de reduzir os efeitos perversos da concorrência ditada pela globalização hegemônica entre países (em especial os semiperiféricos e os periféricos) e entre os trabalhadores, procurando viabilizar uma nova proposta de direito internacional de natureza democrática e participativa, bem como uma redistribuição de modo equânime da riqueza mundialmente produzida.

Nesse contexto, como sugere Santos (2006), as organizações sociais e os agentes comprometidos com uma agenda de democratização redistributiva e a luta contra os fascismos societais podem aproveitar-se do espaço deixado pela contradição resultante das práticas reformistas neoliberais e gerenciais, que, ao promoverem a reforma do Estado com a finalidade de fortalecer o mercado, têm necessariamente que fortalecer o próprio Estado e, justamente esse Estado fortalecido pode contribuir efetivamente para o surgimento de novos arranjos sociais voltados à propositura e execução de políticas de inclusão nos níveis local, nacional e global.

3.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

As ações pedagógicas profissionalizantes estruturam-se à época da Revolução Industrial como uma necessidade funcional de formação da mão-de-obra especializada. Com efeito, em razão da crescentemente complexa divisão social do trabalho, foram fundadas, a partir do Século XVIII, escolas especializadas politécnicas e normais com a finalidade prover a população de capacidades técnicas, com o conseqüente afastamento da tradição educacional humanista até então dominante (CAMBI, 1999, p. 394-395).

Dessarte, com o capitalismo industrial nascente, houve uma revisão curricular com o fito de introduzir no âmbito escolar a perspectiva da práxis laboral, fulcrada na ideia da reunificação entre o pensar e o fazer, em contraposição ao consolidado paradigma ancorado na abstração culturalista (CAMBI, 1999, p. 394-395).

Argumentando que no decorrer no Século XX o princípio da instrução voltou a ter centralidade no pensamento e na prática pedagógicas, Cambi assim analisa o estágio atual da relação entre educação e trabalho:

Ora foi o trabalho que se afirmou como elemento primário da formação ora isso ocorreu com a instrução, mas sempre se sublinhou uma estreita simbiose entre os dois elementos numa sociedade articulada e complexa, produtivamente avançada como a atual, onde os perfis formativos também devem assumir maior flexibilidade e possíveis alternativas, mesmo caracterizando-se segundo princípios relativamente unitários (que recuperem tanto o trabalho intelectual como o manual) (CAMBI, 1999, p. 394).

A educação profissionalizante no Brasil imperial tinha por objetivo o amparo dos “desvalidos da sorte”, incluindo os órfãos, razão de ser do Colégio das Fábricas criado por D. João VI em 1809. Em 1861 foi formado pela realeza luso-brasileira o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, do qual os diplomados tinham acesso preferencial aos cargos públicos. Posteriormente, no âmbito da sociedade civil, foram instituídos os Liceus de Artes e Ofícios, com o fito de abrigar crianças órfãs e abandonadas, dentre os quais se destacaram os que foram implantados nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, em 1858; Recife, em 1880; São Paulo, em 1882; Maceió, em 1884; e Ouro Preto, em 1886 (VIEIRA, 2009, p. 1-2).

No início da República o ensino profissionalizante é estabelecido no Brasil com uma dupla função: qualificação para o trabalho e controle social da classe trabalhadora, que então estava organizando o movimento sindical (BRASIL, 2008, p. 13). O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passa a ter atribuição sobre o ensino industrial, comercial e agrícola, a partir de 1906, e, em 1910, foi reestruturado no Brasil o ensino agrícola, com a finalidade de propiciar formação aos “chefes de cultura, administradores e capatazes”. Na década de 1920 foram implantadas Escolas-oficinas dirigidas aos ferroviários (VIEIRA, 2009, p. 2).

Dentro do escopo de política pública, em 1909 foram criadas as primeiras Escola de Aprendizes Artífices, sendo uma em cada capital das unidades federativas, uma em Campos-RJ e outra em Pelotas-RS, conforme o Decreto nº 7.566, do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2008, p. 13).

Em 1942 o menor aprendiz foi reconhecido pela legislação trabalhista brasileira. No campo da pedagogia profissionalizante, também em 1942 foi criado o SENAI e em 1946 foi instituído o SENAC, fora dos limites da intervenção estatal direta (VIEIRA, 2009, p. 2-3).

De 1942 em diante, no contexto de esforço de industrialização e urbanização do País iniciado em 1930 com chegada de Getúlio Vargas ao Governo Federal, as Escolas de Aprendizes Artífices vão sendo transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, ofertando formação de nível secundário. Em 1959 inicia-se a transformação das citadas Escolas

profissionalizantes em entes autárquicos, dotados de autonomia didática e administrativa, passando a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais (BRASIL, 2008, p. 13-14).

Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024/1961), foi efetivada a equivalência entre os tipos de educação acadêmica e profissionalizante (VIEIRA, 2009, p. 3).

As alterações feitas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1971, sob a Ditadura Militar instalada em 1964, obrigaram que fosse técnico-profissional o currículo escolar de segundo grau, situação que perdurou até 1982, quando a legislação afeta ao tema foi alterada. Em 1978 ocorreu a transformação de três Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, facultando a formação de engenheiros e tecnólogos. Somente em 1999 esse processo foi retomado, reiniciando a mudança para o formato institucional Cefet das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, que havia sido prevista na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 2008, p. 13-14).

Recentemente ocorreu a integração das Escolas profissionalizantes federais sob o escopo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008, p. 13-14).

No contexto de desoneração do Estado de obrigações sociais, inclusive as de natureza pedagógica, especialmente a partir do advento do chamado neoliberalismo, que traz consigo os procedimentos de reforma do aparelho do Estado na direção do fortalecimento dos mecanismos do mercado, a educação passou crescentemente para o setor privado e para o setor público não-estatal ou Terceiro Setor, o qual se encarregou de uma espécie de “terceirização” de parte significativa dos serviços sociais, outrora sob comando estatal.

A propósito, Kuenzer assim analisa a atual configuração da relação entre educação e trabalho, no âmbito do capitalismo sob a lógica da acumulação flexível:

Este processo de redução da classe trabalhadora a uma identidade que lhe permita incluir-se o processo de trabalho por meio de formas predatórias se dá por intermédio dos processos de flexibilização e conta com a contribuição de processos pedagógicos, que ocorrem no âmbito das relações sociais e produtivas e por meio da escola e da formação profissional, quando estas oportunidades estão disponíveis. No caso dos trabalhos feitos fora das firmas, a flexibilização demanda uma subjetividade que se ajuste à sazonalidade, à intensificação, à variabilidade de ocupações, à necessidade de adaptar-se a novas tarefas, enfim, uma força de trabalho com mobilidade e plasticidade para ajustar-se permanentemente ao novo, que no caso corresponde ao trabalho precário, que demanda pouca qualificação, predominantemente de natureza psicofísica e tácita, para o que a escolarização pouco contribui [...] (KUENZER, 2006, p. 886-887).

Contudo, se as ações pedagógicas profissionalizantes têm esse viés de conformar os trabalhadores às necessidades do capitalismo em sua fase de acumulação flexível – com a vigência da flexibilização dos mercados e processos de trabalho, dos produtos e do consumo -, também são um instrumento que pode assegurar a inserção ou reinserção no mercado de trabalho em condições menos degradantes, possibilitando a melhoria da qualidade de vida de setores da população localizados em camadas sociais mais baixas.

3.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTIMULADORA DA MUDANÇA DE MENTALIDADE

Jacobi (2004) aponta que é papel da Educação Ambiental formar as gerações atuais para a aceitação da incerteza e do futuro e para a gestação de um pensamento complexo, aberto às indeterminações, às mudanças e à diversidade, possibilitando a emergência de novas ações, sendo a função do educador, na perspectiva de uma educação transformadora, a de mediador na construção de referenciais ambientais, motivando e sensibilizando as pessoas para o desenvolvimento de valores éticos, com ênfase nos aspectos extra-econômicos e na justiça social.

Para Jacobi (2004), são propostas pedagógicas da Educação Ambiental:

- a) formação de cidadãos com consciência local e planetária;
- b) mudança de comportamento;
- c) desenvolvimento de competências;
- d) avaliação e participação dos educandos.

Jacobi (2004) considera como a ambientalização da educação a focalização dos pontos adiante sumariados:

- a) o ambiente deve ser visto como um tema de convergência disciplinar, que possibilite a reorganização das práticas sociais;
- b) combate dos receituários de EA e estímulo da diversidade;
- c) problematização dos paradigmas do conhecimento, das práticas de pesquisa e das ideologias da teoria e da prática;
- d) contribuição para que os educandos compreendam a importância da responsabilidade individual na construção de uma sociedade planetária mais eqüitativa e ambientalmente sustentável.

Observa-se, assim, que a educação ambiental, compreendendo ações formais, informais e de capacitação de pessoas dos setores públicos e das atividades produtivas, tem

um relevante papel na construção dos processos sociais relativos ao desenvolvimento em bases sustentáveis, incluindo a recuperação e o manejo sustentável do ambiente natural em prol de uma melhor qualidade de vida atual e das futuras gerações, o que requer um maior cuidado com o descarte e o reaproveitamento de resíduos dos processos de produção e de consumo.

3.4. NOVOS COMPORTAMENTOS RELATIVOS À PRODUÇÃO E AO CONSUMO

Parece ter centralidade, no presente debate, a questão da mudança de comportamento individual e coletivo em relação à produção e ao consumo, em face da necessidade de realização do desenvolvimento em bases sustentáveis. Tal mudança implica uma opção de natureza ética com a finalidade de assegurar-se a qualidade de vida da população atual, bem como às gerações vindouras, tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, onde também ocorrem consumo excessivo e desperdício.

O papel da sociedade civil é capital no sentido de fiscalizar e exigir das instituições governamentais e empresas do setor produtivo o cumprimento de metas relativas à redução dos danos ambientais causados pelas ações antrópicas e à recuperação de áreas destruídas com o processo de produção de bens e serviços e o avanço da urbanização.

Ribemboim (1997, p. 17-22) destaca que podem ser utilizados para redução dos impactos ambientais das atividades produtivas os seguintes instrumentos:

- a) aumento da conscientização de produtores e consumidores;
- b) taxação para compensar danos ambientais;
- c) reinvestimentos para reparar o uso de bens ambientais;
- d) certificação de empresas e produtos ambientalmente saudáveis através de procedimentos como as normas ISO-14000;
- e) políticas de financiamento prioritário de projetos comprometidos com o Desenvolvimento Sustentável, a exemplo do “Protocolo Verde”, utilizado pelos bancos federais brasileiros;
- f) procedimentos ecoeficientes, como a utilização de materiais recicláveis, energias renováveis, minimização de desperdícios, *upgrading* de equipamentos e aluguel de equipamentos, propiciando o uso por diversas empresas.

No que concerne ao consumo, a Agenda 21, formulada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, trata especificamente do assunto no capítulo 4, recomendando uma mudança de padrão

comportamental, para que se possa viabilizar o Desenvolvimento Sustentável (RIBEMBOIM, 1997, p. 22).

Nesse mesmo diapasão, estão sendo realizadas discussões acerca dos chamados cinco R's: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Dessarte, conforme Fatá (2007) e Trabjer e Miranda (2008), para que se possa chegar ao Desenvolvimento em bases sustentáveis, é necessário que sejam incorporadas nas práticas cotidianas das pessoas e organizações os mencionados conceitos, adiante explicitados:

- a) repensar – refletir sobre os hábitos e adotar novas posturas relativas ao consumo e descarte, inclusive optando por produtos que agridam menos o meio ambiente;
- b) recusar – evitar o consumo de produtos e materiais desnecessários ou que causem danos ao meio ambiente.
- c) reduzir – racionalizar e diminuir o consumo de materiais, minimizando o descarte;
- d) reutilizar – optar por produtos que possam ser usados mais de uma vez ou cujas embalagens possam ser utilizadas para outros fins e evitar o descarte dos que ainda têm utilidade;
- e) reciclar – utilizar como insumos para novos produtos materiais descartados no processo de consumo.

A propósito Ribemboim discorre sobre a necessidade de mudança dos padrões de produção e consumo nos seguintes termos:

[...] são ambos, produtores e consumidores, os responsáveis pela poluição. Fica difícil separar a atividade de produção da atividade de consumo quando o objetivo é a sustentabilidade. Toda produção se destina, em última instância, ao consumo, pois investimento nada mais é que uma forma de consumo futuro.

Desta forma é exigido do consumidor mudanças nos seus hábitos de consumo e uma maior compreensão para o fato de que os recursos ambientais são escassos e que o uso sustentável dos mesmos requer preços e tarifas mais altos do que aqueles que são pagos tradicionalmente (1997, p. 24).

Ademais, salientando que o vigente padrão de consumo é insustentável, socialmente perverso e ambientalmente danoso, Ribemboim (1997, p. 29-30) aponta que é necessário que o desenvolvimento ético imponha-se ao desenvolvimento técnico.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVIDADES DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS

Cuida-se nesta parte do debate acerca da Economia Solidária no contexto mundial e no âmbito brasileiro, das políticas públicas, inclusive as específicas de saneamento, e das atividades de reciclagem de resíduos.

4.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A chamada Economia Solidária, fundada nos valores da igualdade e democracia associados à ideologia socialista, estrutura-se sob a forma de uma reação aos efeitos negativos da Primeira Revolução Industrial, como o desemprego e empobrecimento, sobretudo dos artesãos (Singer, 2006, p. 24-25; 2008, p. 4). O cooperativismo foi a principal forma assumida pelas iniciativas solidárias iniciais. Com efeito, para Singer:

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país (SINGER, 2008, p. 6).

Ainda segundo Singer (2008, p. 4-37), a Economia Solidária atualmente no Brasil, embora com expressão modesta, tem importante papel no que concerne à inclusão social e ao “resgate da dignidade humana”. Como exemplos de procedimentos econômicos de natureza solidária, o autor mencionado cita as cooperativas de produção, de comercialização e de consumo, bem como as atividades da Cáritas Brasileira, vinculada à Igreja Católica, e o trabalho da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, que passaram a focar a geração de trabalho e renda em substituição ao assistencialismo que outrora norteava tais procedimentos. Há ainda as Incubadoras de Cooperativas, atividades de extensão desenvolvidas por diversas universidades brasileiras, para produção de conhecimento e assessoramento a empreendimentos solidários.

Merecem destaque os esforços de sistematização teórica e de relato de experiências acerca de iniciativas de Economia Solidária empreendidos por um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade Federal Fluminense (SINGER, 2008; SINGER ET ALL., 2008).

O governo federal brasileiro, com o fito de apoiar as iniciativas pertinentes à Economia Solidária, criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como parte da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego. No campo da sociedade civil, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cuja missão é articular nacionalmente as experiências dessa natureza, bem como atuar como representante do segmento perante as instâncias governamentais e fóruns de âmbito internacional (BARBOSA, 2007, p. 22).

Barbosa, embora tenha restrições à pertinência formal do conceito usado na literatura específica, contextualiza as ações denominadas de economia solidária nos termos adiante reproduzidos:

A desocupação, a baixa qualidade dos empregos e a desproteção social contra as conseqüências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação provocam graves danos sociais aos trabalhadores do centro e da periferia capitalistas. Deles decorre a necessidade de constituir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência dos trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas, recebeu o nome de *economia solidária*. Até aqui basta dizer que são ações econômicas realizadas em sistemas de autogestão através de cooperativas ou associações, tanto no campo como nas cidades (BARBOSA, 2007, p. 21).

Como condições essenciais para o surgimento da Economia Solidária, Barbosa (2007, p. 22) aponta as modificações estruturais do capitalismo concernentes especialmente à desobrigação do Estado com a empregabilidade e ao declínio do movimento sindical, diante da significativa redução dos postos de trabalho, que tem provocado ações positivas nesse campo das igrejas, das organizações não governamentais e das entidades sindicais.

Os principais tipos de ações classificadas como Economia Solidária, estimadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em vinte mil unidades produtivas, são as iniciativas de subsistência, inclusive agricultura familiar, os empreendimentos relativos à gestão por trabalhadores de empresas falidas e as atividades submetidas a procedimentos de subcontratação, no escopo do processo de externalização típico da fase atual do capitalismo, como forma de redução de custos empresariais (BARBOSA, 2007, p. 22-23).

Desse modo, as atividades inseridas no âmbito da Economia Solidária, antes de qualquer possibilidade emancipatória, estão estreitamente vinculadas à reestruturação do processo de acumulação capitalista, que gera a precarização das condições de trabalho e

emprego, com a diminuição da remuneração e da proteção social e ao descomprometimento do Estado com a efetividade dos direitos universais, que têm tradução no elogio ideológico da “sociedade por conta própria” (BARBOSA, 2007, p. 22-23).

Apoiando-se em Gaiger, Andrade aponta que a Economia Solidária pode indicar a constituição de um novo espaço público não-estatal, comentando sobre o tema nos termos adiante reproduzidos:

A Economia Solidária é constituída por empreendimentos que se organizam de diferentes formas para atender ao trabalhador diante da falta de alternativas de subsistência ou movidos por suas convicções, sendo formada a partir de associações informais ou grupos comunitários de pequena produção, cooperativas e pequenas empresas (ANDRADE, 2008, p. 319).

Andrade (2008, p. 319) aponta como princípios da Economia Solidária a atribuição de valor social ao trabalho, a busca da satisfação plena das necessidades da população como objetivo central das atividades econômicas, a importância atribuída à mulher, o manejo sustentável dos recursos naturais e o cultivo dos valores cooperativos e solidários.

Ainda segundo Andrade (2008, p. 319-320), os empreendimentos solidários apresentam as seguintes características: a posse dos meios de produção e os procedimentos de trabalho e gestão são de natureza coletiva; as relações de assalariamento são de pouca expressão no conjunto das atividades produtivas; há envolvimento das pessoas com as questões comunitárias e relativas à dimensão da cidadania; têm relevância dimensões não relacionadas diretamente com o trabalho, como educação, saúde, direitos das minorias e respeito ao meio ambiente.

Em uma exposição crítica e pouco otimista, Quijano (2005, p. 508-509) aponta que é possível admitir a convivência de vários modos de produção ou formas de organizar o trabalho social, dentro do contexto capitalista, os quais não se direcionam necessariamente para a estruturação de uma forma social alternativa à produção típica do capitalismo, mas antes organizam-se como uma forma de sobrevivência daquelas pessoas excluídas do eixo principal do que tem sido denominado de globalização.

No caso específico do presente trabalho, é visualizado o procedimento de Economia Solidária na geração de trabalho e renda com a reciclagem e o reaproveitamento de objetos descartados nos processos de produção e consumo e nas atividades de venda desses produtos restaurados e materiais recolhidos, nos bazares promovidos pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife.

4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são ações realizadas por governos, enquanto gestores do aparelho do Estado, com a finalidade de produzir efeitos sobre a sociedade ou parte dela. Para Souza (2006, p. 24-26) a omissão governamental também pode ser descrita com uma forma de fazer política pública, porquanto a falta de ação pode configurar-se como uma opção dos gestores públicos.

As etapas das políticas públicas podem ser assim sumariadas: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação, incluindo as proposições de reformulação da política (SOUZA, 2006, p. 28-29). No caso de países de tradição legislativa positivada em leis e regulamentos escritos, como o Brasil, as políticas públicas são formalizadas em normas, visando a uma aplicabilidade para toda a sociedade ou um setor social destinatário.

A etapa de formulação das políticas públicas consiste na tradução, feita pelos governos de natureza democrática, das propostas e dos programas eleitorais em planos de ações governamentais para o alcance de metas estabelecidas na resolução de problemas da sociedade.

Na proposição e formulação de políticas públicas agem os grupos políticos integrantes da coalizão governista, os gestores públicos, os grupos de interesse e os movimentos sociais, sendo a importância de cada segmento dependente da força política que é capaz de mobilizar (SOUZA, 2006, p. 26-27). Desse modo, esses grupos pressionam os governos para o cumprimento do programa apresentado no momento eleitoral e para a ampliação da agenda governamental.

Segundo Lowi (*apud* Souza, 2006, p. 28-29, e Frey, 2000, p. 223-225), as políticas públicas podem apresentar-se em quatro formas:

- a) políticas distributivas: beneficiam muitas pessoas, mas em pequena escala. São marcadas por um nível conflitivo baixo.
- b) políticas redistributivas: cuidam da transferência de recursos, direitos e outros ativos sociais entre grupos ou camadas. Caracterizam-se por um forte conflito.
- c) políticas regulatórias: têm natureza normativa e disciplinadora.
- d) políticas constitutivas: tratam da estruturação e institucionalização dos processos de conflito e consenso na esfera política (FREY, 2000, p. 223-225).

Souza, ao discorrer sobre o conjunto de forças envolvidas nas atividades concernentes às políticas públicas, em contextos democráticos, aponta:

[...] a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros [...] (2006, p. 39).

Outro ponto que merece relevo diz respeito à necessidade de se evitar, no debate sobre políticas públicas, a polarização entre o enfoque estruturalista, que defende a primazia das instituições para modelar o comportamento político e determinar o recorte das políticas públicas, e a perspectiva da ação social, que confere centralidade aos movimentos sociais e aos atores organizados (FREY, 2000, p. 240-241). Com efeito, parece mais produtiva a busca de um equilíbrio analítico para considerar como constituintes dos processos políticos e de deliberação pública tanto as dimensões institucionais, quanto as relativas às ações da sociedade civil, que influenciam e são influenciadas, em contexto democrático, pelas coalizões de governo.

Segundo o IPEA (2007), a política federal brasileira de trabalho e renda, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estruturada no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), no que concerne à geração de emprego, trabalho e renda, tem atualmente como principais programas finalísticos:

- a) Programa de Geração de Emprego e Renda Urbano (Proger Urbano): relativo à geração de emprego nos setores urbanos.
- b) Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural): atinente à geração de emprego no âmbito rural.
- c) Economia Solidária (Ecosol): implantando em 2003, é voltado a apoiar a formação e difusão de redes de empreendimentos solidários, com ações de fomento direto, mapeamento experiencial e viabilização de incubadoras.
- d) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- e) Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego): destinado a empreendimentos de maior porte.
- f) Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais (Protrabalho): específico das localidades citadas.
- g) Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP): destinado a micro e pequenas empresas, cooperativas, associações de produção.
- h) Programa Nacional de Micro-crédito Produtivo Orientado (PNMPO): direcionado a financiar os microempreendedores populares, com relacionamento direto com os agentes creditícios.

- i) FAT Empreendedor Popular: destinado a aumentar o financiamento dos pequenos empreendimentos.

Com exceção do Ecosol, os referidos programas são financiados por recursos oriundos do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador), que foi criado pela Constituição Federal de 1988 (art. 229) e regulamentado pelas Leis n^os 7.998/1990 e 8.352/1991, e é lastreado pela arrecadação do PIS/PASEP, contribuições sindicais e rendimentos decorrentes de aplicação dos próprios recursos nos bancos públicos. O Ecosol é financiado principalmente por recursos ordinários do Tesouro Nacional, de natureza discricionária, e, em menor proporção, pelo Fundo de Combate à Pobreza.

A instância decisória da aplicação dos recursos do FAT é o CODEFAT, um conselho deliberativo tripartite e paritário, composto por quatro representantes do governo federal, quatro representantes da classe empresarial e quatro representantes dos trabalhadores, cabendo ao governo a prerrogativa de montar pautas e definir prioridades (IPEA, 2007, p. 206).

Os agentes financeiros encarregados de atuarem nos mencionados programas de geração de trabalho e renda são os bancos públicos: Banco do Brasil S. A. (BB), BNB, BNDES, CEF, Basa (Banco do Amazonas S. A.), FINEP, Banco Popular do Brasil.

Foi criado também o Fundo de Aval do Programa de Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER), tendo por finalidade oferecer garantias aos agentes executores dos programas quanto a riscos e inadimplência.

No período de 1995 a 2005 foi de 6,7 mil reais o valor médio dos empréstimos relativos aos programas de emprego e renda a cargo do FAT, e vem ocorrendo um expressivo aumento do volume de empréstimos efetivados (IPEA, 2007).

Considerando que, no ano de 2005, apenas 41,1% da população brasileira com 16 anos ou mais detém a condição de assalariado formal (com carteira, militares e servidores públicos estatutários), observa-se que as políticas sociais de emprego, trabalho e renda implantadas no Brasil, apesar dos significativos avanços atuais, ainda não são suficientes para promover uma efetiva inclusão social, em face de causas como: aumento da deterioração das condições de trabalho e renda devido aos processos econômicos globais; primazia dos formuladores da política macroeconômica na produção de influência efetiva sobre emprego e renda; sobreposição de programas e confusão na alocação de recursos, gerando desperdícios; lógica mercantil na distribuição dos financiamentos, privilegiando os menos arriscados e potencialmente mais rentáveis; falta de ênfase na inserção no mercado de trabalho no escopo dos programas de transferência direta de renda na forma de bolsas (IPEA, 2007, p. 223).

Embora estejam presentes as limitações apontadas, as políticas de geração de emprego, trabalho e renda mencionadas têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, as quais, com os necessários ajustes de gestão e ampliação, podem ter maior efetividade e oferecer uma contribuição valiosa para o Desenvolvimento Sustentável, em especial no que concerne ao aspecto social.

No caso específico da Economia Solidária, o governo federal comandado por Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, no escopo de uma política pública de apoio às atividades englobadas no mencionado campo, objeto da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 (BARBOSA, 2007, p. 22).

4.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO E ATIVIDADES DE RECICLAGEM

A Política Federal de Saneamento Básico encontra-se disciplinada mediante a Lei nº 11.445/2007, a qual prevê as ações de reciclagem de resíduos (arts. 7º, II, e 8º, § 1º, I), que podem ser realizadas por associações e cooperativas (BRASIL, 2007).

No Estado de Pernambuco as ações pertinentes à reciclagem de resíduos são disciplinadas pela Lei nº 12.008/2001, que regula a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e pela Lei nº 13.047/2006, que aponta que a coleta seletiva tem como objetivo o incentivo da Economia Solidária, através do apoio a organizações da sociedade (PERNAMBUCO, 2001; 2006a).

O Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, divulgou, no ano de 2006, a terceira edição do texto de referência da Política de Resíduos Sólidos do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2006b).

A Lei nº 12.008/2001-PE prevê que o Estado de Pernambuco utilize-se de instrumentos fiscais em favor de unidades geradoras de resíduos que adotem práticas capazes de minimizar os impactos ambientais das atividades econômicas, incluindo os procedimentos de reciclagem, consoante a seguir destacado:

Art. 16. Cabe ao Estado de Pernambuco, por meio dos seus órgãos competentes, respeitando suas especificidades e atribuições: [...] conceder incentivo fiscal e financeiro às unidades geradoras de resíduos que financiem a pesquisa e se utilizem de tecnologias que não agridam o meio ambiente no tratamento dos seus resíduos; [...] reduzir o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para resíduos recicláveis e produtos fabricados com resíduos recicláveis; [...] criar mecanismos que facilitem a comercialização dos

recicláveis em todas as regiões do Estado; incentivar consórcios entre Municípios e iniciativa privada para tratamento, processamento e comercialização dos resíduos recicláveis; e fomentar parcerias das indústrias recicladoras com o poder público e a iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores.

A mencionada Lei nº 13.047/2006-PE classifica como resíduos passíveis de reciclagem os materiais que têm na composição metais, plástico, vidros, papéis, embalagens longa vida e isopor. A aludida legislação estabelece ainda que os condomínios, as empresas e os Órgãos Públicos devem adotar a coleta seletiva de resíduos recicláveis, não recicláveis e lixo orgânico (PERNAMBUCO, 2006).

Conforme divulgação feita pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB), a coleta seletiva foi instituída na cidade do Recife desde 2001 e está sendo mantida em funcionamento, tendo como proposta realizar:

[...] ações para a melhoria e preservação do ambiente, tratando de forma adequada os resíduos sólidos gerados pela população do Recife. As ações visam orientar a separação do lixo domiciliar orgânico do lixo reciclável. Para que a coleta atinja as metas planejadas pela EMLURB, foi lançado um programa operacional e educativo de coleta porta-a-porta em residências, condomínios, escolas públicas e particulares, empresas e indústrias que se interessem em participar do programa. Trata-se de um conjunto de ações em que o município é parte integrante na preservação do meio ambiente (RECIFE, 2009).

Viveiros aponta limitações entre discurso e prática concernentes à coleta seletiva e reciclagem nos seguintes termos:

Embora sejam defendidas no discurso, a coleta seletiva e a reciclagem de lixo não avançam por razões que são bem econômicas. Nenhum setor ligado à limpeza urbana parece querer ou poder arcar com os custos de implantação de um novo sistema. Há questões de incertezas no mercado de recicláveis, de restrição orçamentária nos órgãos municipais, de a indústria da reciclagem ao ser vista pelo setor privado como lucrativa.

Por outro lado, a utilização de aterros sanitários atinge o topo do ranking em termos de lucratividade, uma vez que, depois de conseguidas as licenças ambientais e de operação, os ganhos são certos e monopolizados. (2006, p. 57).

Como antes apontado, no tópico acerca dos novos comportamentos relativos à produção e ao consumo, os procedimentos atinentes à coleta seletiva estão abrangidos no escopo das discussões sobre os chamados cinco R's: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar (Fatá, 2007 e Trabjer e Miranda, 2008).

De todo modo, como apontam Forlin e Faria (2002) e Viveiros (2006), a coleta seletiva tem um potencial para contribuir para o Desenvolvimento Sustentável, como uma

possibilidade de minimização dos impactos ambientais dos resíduos descartados nos processos de produção e consumo e pelos ganhos sociais decorrentes da geração de trabalho e renda.

5. MÉTODO

No trabalho ora desenvolvido foram utilizados notadamente métodos qualitativos de pesquisa social, empregando-se a observação e a entrevista como meios principais de acesso ao objeto de estudo e a análise de conteúdo como recurso analítico dos depoimentos coletados.

Foram realizadas entrevistas com uma amostra de catorze pessoas, escolhidas dentre os trinta e um atuais integrantes da Associação Trapeiros de Emáus-Recife, bem como com vinte e dois dos cento e dez alunos da Escola Profissionalizante mantida pela referida Associação.

A amostra de sócios da citada Entidade foi composta por três pessoas do sexo feminino e onze pessoas do sexo masculino. O grupo de alunos da Escola Profissionalizante escolhido como amostra de pesquisa foi formado por sete pessoas do sexo feminino e quinze pessoas do sexo masculino.

No presente trabalho as amostras utilizadas foram do tipo proposital, que se destina a identificar características grupais na apreciação de casos escolhidos segundo os objetivos da pesquisa, nos moldes empregados nos métodos qualitativos. Com efeito, foi seguida a orientação feita por Nogueira-Martins e Bógus (2004) e Minayo (1994), no sentido de que, na definição da amostra, para que seja representativa da diversidade de aspectos do grupo estudado, é necessário que sejam adotados os seguintes procedimentos:

- a) focalização das pessoas que possuem as informações mais relevantes para a pesquisa;
- b) realização de uma quantidade de entrevistas que seja adequada a assegurar a reincidência das informações buscadas;
- c) definição do subgrupo de entrevistados de modo a possibilitar a identificação de semelhanças e dessemelhanças.

A amostra dos membros da Associação enfocada foi composta de maneira a ressaltar as situações típicas da atuação da mencionada Entidade, recaindo a escolha nos membros do grupo que se destacaram, na observação realizada, por demonstrarem uma maior capacidade de iniciativa e liderança ou possuir um maior conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento grupal.

A definição da amostra dos alunos da Escola Profissionalizante mantida pela Associação referida foi feita a partir da verificação da variação mínima no padrão das respostas às entrevistas inicialmente realizadas no dia 05 de junho de 2009 com um

subconjunto de onze pessoas, de maneira que o subgrupo entrevistado foi representativo das características relativamente homogêneas do grupo de discentes.

Ademais, no estabelecimento do número máximo de entrevistas efetivadas, a par da atenção à busca da reincidência de informações, houve o cuidado para que não ocorresse saturação do procedimento, decorrente da repetição excessiva do padrão de respostas dos sócios da Entidade estudada e dos alunos da Escola Profissionalizante referida.

Foram utilizados quatro tipos de entrevistas:

- a) tipo 1: destinada ao fundador da Associação;
- b) tipo 2: dirigida a um gestor da Entidade;
- c) tipo 3: destinada a membros da mencionada Associação que participam do trabalho de recolhimento, reciclagem, recuperação e comercialização de objetos descartados no processo de consumo e atuam como docentes nos cursos profissionalizantes;
- d) tipo 4: dirigida a alunos da Escola Profissionalizante mantida pela Associação estudada.

No que concerne ao uso de métodos quantitativos, foram produzidos dados com o fito de mapear a estrutura e o funcionamento da organização social estudada, esboçando-se desse modo um perfil institucional. Foram também compulsados outros dados de pesquisas já realizadas, notadamente para caracterização do âmbito de atuação da aludida Entidade.

Optou-se pelo procedimento, de natureza sociológica, consistente da observação direta da interação social no âmbito grupal, complementada por entrevistas particulares dos membros do grupo estudado. Com efeito, a observação sociológica cuida mais especificamente das questões objetivas do grupo, ao focar as interações sociais abertas, enquanto que as entrevistas ocupam-se principalmente dos aspectos subjetivos das relações interpessoais grupais (RILEY; NELSON, 1976, p. 17).

A propósito, Riley e Nelson assim discorrem acerca da pesquisa sociológica:

Ocasionalmente, é definida de forma restrita apenas como observar e ouvir. Mas freqüentemente ela é definida de forma ampla, como combinações diversas do observar e ouvir com questionários, o uso de instrumentos mecânicos de registro recente, câmaras fotográficas ou outros aparelhos ou com artefatos da interação passada ou quaisquer outros dados pertinentes. Não há fronteiras fixas. (1976, p. 16).

Foram observados, principalmente, os seguintes aspectos concernentes à convivência grupal dos membros da citada Associação:

- a) Interação social dos participantes da Associação, com a finalidade de identificar manifestações de sodalidade, sociabilidade e socialidade no grupo estudado.

- b) Hierarquização social entre os membros da Associação.
- c) Existência de discussões e debates acerca do Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Associação.
- d) Comportamento dos membros da Associação e dos alunos da Escola Profissionalizante quanto à sustentabilidade ambiental e a adequação ao discurso professado
- e) Volume das transações mercantis efetivadas nos bazares fixos e itinerantes.

Para a apreciação dos dados resultantes das entrevistas realizadas e dos relatos coligidos no processo de observação, foi mobilizado o instrumental metodológico da análise de conteúdo, do modo como utilizado no âmbito das Ciências Sociais.

No que concerne à transcrição dos depoimentos coletados a partir dos procedimentos de entrevistas, foram aplicadas as orientações metodológicas fornecidas por Bourdieu, consoante abaixo transcrito:

É, portanto, em nome do respeito devido ao autor que, paradoxalmente, foi preciso às vezes decidir por aliviar o texto de certos desdobramentos parasitas, de certas frases confusas, de redundâncias verbais ou de tiques de linguagem (os “bom” e os “né”) [...]. Do mesmo modo, tomamos a liberdade de tirar da transcrição todas as declarações puramente informativas (sobre a origem social, os estudos, a profissão, etc.) todas as vezes que pudessem ser relatadas, no estilo indireto, no texto introdutivo (BOURDIEU, 1997, p. 710).

A análise de conteúdo tem por objetivo a compreensão histórica dos processos discursivos, ao procurar estabelecer relações entre os significantes (estruturas semânticas) e os significados (estruturas sociológicas), perseguindo a visualização de novos significados históricos, políticos, sociológicos, psicológicos no material textual examinado (CAPPELLI, MELO E GONÇALVES, 2003, p. 6).

Conforme Cappelli, Melo e Gonçalves (2003), que se baseiam em trabalhos produzidos por Minayo e Bardin, a análise de conteúdo é consistente de três etapas:

- a) pré-análise: nessa fase ocorrem a constituição do *corpus* analítico, a preparação de indicadores para guiar o procedimento interpretativo, a definição de objetivos e formulação de pressupostos iniciais;
- b) exploração do material: fase de recorte e classificação dos dados discursivos colhidos;
- c) tratamento dos resultados e procedimento interpretativo: cuida-se da interpretação consoante o referencial teórico proposto e os objetivos delineados.

É importante destacar que algumas perguntas previstas nos roteiros de entrevistas não foram feitas a alguns pesquisados, em razão de que poderiam causar constrangimento ao

entrevistado, no caso de sócios com ocupações mais humildes, e pela exiguidade do tempo obtido para efetivação dos depoimentos, no caso de discentes da Escola Profissionalizante mantida pela Associação citada.

Na transcrição das entrevistas disposta no Anexo e nas referências a tais depoimentos ao longo do trabalho, foram omitidos os nomes dos pesquisados, para preservar-lhes a privacidade, embora os conteúdos discursivos coletados não digam respeito a questões de foro íntimo.

Contudo, citou-se o nome de Luis Tenderini, fundador e um dos coordenadores da Associação estudada, que também foi entrevistado para o presente trabalho, justificando-se tal citação no fato de que se trata de uma pessoa com visibilidade pública, inclusive nos meios de comunicação de massa, e os depoimentos colhidos não possuem caráter reservado.

6. AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS-RECIFE

O presente trabalho propõe-se a realizar a descrição e análise das ações empreendidas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife, com a finalidade de verificar a contribuição dada, como parte integrante do chamado Terceiro Setor, para o processo de construção do Desenvolvimento Local Sustentável, apontando as possibilidades de expansão de atividades dessa natureza, bem como a pertinência da implementação de políticas públicas específicas para viabilizar iniciativas semelhantes.

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife, registrada no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal brasileira sob o número 01.491.957/0001-40, é uma organização não governamental que realiza trabalhos de coleta de materiais recicláveis e objetos reaproveitáveis descartados, como computadores, condicionadores de ar, refrigeradores, fogões, roupas, livros, discos musicais de vinil e digitais, móveis e eletrodomésticos em geral. Esses objetos, após recuperados, são comercializados a módicos preços em bazares organizados na sede da Associação ou volantes, em comunidades com perfil de baixa renda.

A referida Associação também desenvolve atividade pedagógica profissionalizante, destinada tanto à capacitação para a recuperação dos objetos coletados, quanto para a preparação para inserção no mercado de trabalho, alimentando, desse modo, um circuito de economia solidária. São ofertados cursos de capacitação nas áreas de marcenaria, refrigeração, elétrica e manutenção de microcomputadores e rede informática. O recolhimento de objetos usados para reaproveitamento é feito geralmente a partir de chamadas telefônicas para a sede da Associação, que disponibiliza veículos automotores para transportar o material recebido em doação.

Outra ação desenvolvida pela Associação Trapeiros de Emaús Recife foi a participação na Escola de Educadores e Educadoras Sociais, com ação pedagógica baseada na obra de Paulo Freire e tendo como finalidade promover a qualificação de educadores ligados a movimentos sociais. Tratou-se de uma parceria com a ONG italiana IPSIA (*Istituto Pace Sviluppo Innovazione ACLI*), que contou com financiamento do Ministério das Relações Exteriores da Itália e a colaboração do Centro de Trabalho e Cultura (CTC), do Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL), da Prefeitura do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco, que legitimou o trabalho da aludida Escola como atividade de extensão. Atualmente a referida Escola está desativada em razão da centralidade conferida pela

Associação aos cursos profissionalizantes, conforme entrevista do Presidente da Entidade concedida por ocasião da realização desta pesquisa.

6.1. HISTÓRIA

A referida Associação Trapeiros de Emaús-Recife, tendo como objetivo a geração de renda através do trabalho e a partilha dos frutos da atividade laboral, iniciou-se na cidade do Recife em 1996, por iniciativa de Dom Hélder Câmara e coordenação de Luis Tenderini.

Luis Tenderini, natural da Itália, que trabalhava com o então Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, na condução dos projetos sociais criados pela referida autoridade eclesiástica, incumbiu-se da tarefa de arregimentar pessoas para a implantação e desenvolvimento desse grupo Emaús no Recife. Em depoimento para a presente pesquisa, Tenderini assim descreve o momento inaugural da Associação estudada:

Em maio de 1996 realizamos a Assembléia de fundação, na residência da Igreja das Fronteiras, com participação de Dom Hélder, quando foi aprovado o Estatuto da Associação Emaús. Éramos umas quinze pessoas. Assim, Dom Hélder é o sócio fundador número um da Associação Emaús do Recife. Ainda a gente não tinha nenhuma estrutura.

No dia 15 de agosto de 1996, Dom Hélder comemorava sessenta e cinco anos de sacerdócio, e foi realizada aqui no Recife uma grande festa com a participação do Abbé Pierre. Aproveitando a presença do Abbé Pierre, e com a participação de Dom Hélder, no dia 16 de agosto de 1996 demos início oficialmente aos trabalhos da Associação.

Residindo há cerca de quarenta anos no Brasil, Luis Tenderini, após ter presidido a Associação Trapeiros de Emaús-Recife nos primeiros sete anos, compõe a Diretoria e atua como animador do grupo, além de integrar o Conselho de Administração do Movimento Emaús Internacional, na condição de representante na América Latina.

O atual Presidente da Associação, em entrevista realizada para a pesquisa ora apresentada, discorre sobre as ações da Associação estudada nos seguintes termos:

Nós achamos que ainda estamos fazendo pouco. Queremos ampliar essas ações, tanto no recolhimento de material reciclável, quanto na questão social. Temos também a questão dos cursos profissionalizantes. Nós queremos aumentar os tipos de cursos oferecidos à comunidade.

A Associação mencionada foi criada sob inspiração do Movimento Emaús internacional, organizado pelo Abade francês Pierre após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente com a finalidade de fornecer abrigo às famílias que vagavam pelas ruas da França, financiado pelos estipêndios referentes ao mandato de deputado exercido pelo mencionado sacerdote, e posteriormente voltado a proporcionar trabalho e renda para pessoas

desempregadas e subempregadas, com base no recolhimento e recuperação de materiais rejeitados pelas camadas mais abastadas, em visitas a residências ou nos depósitos de lixo. Atualmente o movimento tem presença em quarenta e dois países e conta com trezentos e cinquenta grupos ou comunidades. (EGITO, 2008; PIERRE, 2006).

Segundo Tenderini, em entrevista realizada para o presente trabalho, na América Latina há cerca de quarenta grupos Emaús, dos quais doze localizam-se no Brasil.

A palavra Emaús designa um povoado próximo da cidade de Jerusalém em cujo caminho Cleofas e outro discípulo de Jesus Cristo teriam encontrado seu mestre ressuscitado e com ele repartido o pão em ceia realizada após a chegada ao citado povoado, conforme narrativa neotestamentária feita pelo evangelista Lucas (BÍBLIA, 1991, p. 1349-1350).

Após um primeiro momento, em que viveu sob o pálio da remuneração parlamentar do sacerdote fundador, a primeira comunidade Emaús passou a ter como esteio permanente duas ações principais: a “bife” nos depósitos de lixo, para coletar materiais reutilizáveis, e a “faxina” em residências, para angariar objetos inservíveis para os padrões de consumo de famílias abastadas (SIMON, 1964, p. 12-14).

Simon (1964, p. 184) comentando o trabalho hoje popularizado como reciclagem, feito no início do Movimento Emaús, liderado pelo Abade Pierre, aponta que “[...] o ferro velho, refundido, viria a ser aço, e, depois, um motor nôvo, flamejante: era isso, talvez, que o padre chama de ressurreição das coisas”.

6.2. LOCALIZAÇÃO

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife é sediada no bairro de Beberibe, à Rua Uriel de Holanda, nº 640, após outrora ter-se instalado nos bairros recifenses do Prado, Peixinhos e na Linha do Tiro. Tem uma extensão no município de Camaragibe, no bairro de Tabatinga, atualmente desativada.

O bairro de Beberibe, que sedia a Associação estudada, fica localizado na Região Político-Administrativa Norte (RPA 2) e na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Casa Amarela, da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, apresentando uma situação de elevada exclusão social, com rendimento nominal mediano mensal dos responsáveis por domicílios de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e taxa de analfabetismo da população acima de 15 (quinze) anos de 13,66% (RECIFE, 2008). O IDH do bairro de Beberibe, conforme dados apurados em 2000, é 0,719 (BITOUN, 2007, p. 26).

O município de Camaragibe, que abriga uma extensão da mencionada Associação, atualmente em desuso, fica situado na Região Metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco, exibindo, no ano de 2000, indicadores sociais sofríveis, como renda per capita de R\$ 173,44 (cento e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos), taxa de analfabetismo da população acima de 25 (vinte e cinco) anos de 19,23% e média de anos de estudo de 5,52. O IDH-M de Camaragibe, segundo informações de 2000, é 0,747 (PERNAMBUCO/CONDEPE/FIDEM, 2008).

6.3. CAPITAL HUMANO E PRINCIPAIS ATIVIDADES DESEMPENHADAS

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife possui atualmente trinta e um sócios, sendo vinte e sete homens e quatro mulheres. Das mulheres, duas trabalham com reciclagem e recuperação de objetos, uma trabalha na secretaria e outra é responsável pela preparação da alimentação para o grupo.

A gestão da Associação é realizada por uma Diretoria assim composta: Presidente e Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário, Tesoureiro e Vice-tesoureiro. Há também o Conselho Fiscal, formado por seis pessoas, sendo três membros efetivos e três membros suplentes. A Direção da Associação segue as diretrizes estabelecidas em assembléia de todos os sócios.

A admissão na comunidade inicia-se com a realização de uma entrevista do candidato a sócio com membros da Diretoria, que avaliam a necessidade e a disponibilidade para agrupar-se e viver do próprio trabalho. Após, o candidato é submetido à aprovação da assembléia, que decide com base no trabalho e no envolvimento nas ações realizadas pela Associação. O membro da comunidade de trabalho tem direito à voz após seis meses do ingresso e adquire o direito de votar e ser votado a partir de um ano de convivência grupal.

Dos sócios, apenas quatro residem na sede da Associação, que se caracteriza como uma comunidade de trabalho, como a maioria dos grupos do Movimento Emaús na América Latina. Na Europa, a tendência principal é a formação de comunidades de vida e trabalho, com as pessoas fixando residência nas sedes das Associações, como ocorreu com a pioneira, criada pelo Abade Pierre na França.

Quanto ao sistema remuneratório, os sócios auferem uma renda mensal em valores próximos ao salário mínimo, somados uma quantia semanal em dinheiro, duas refeições diárias (almoço e lanche) e vale-transporte.

Em relação ao trabalho voluntário na Associação, é bastante escasso, representado por iniciativas isoladas de alguns jovens que vêm da Europa e passam cerca de um mês na comunidade e algumas outras pessoas que se apresentam para tal finalidade.

Com efeito, devido à situação social nos países periféricos e semi-periféricos, as pessoas quando se aposentam e, potencialmente, ficam disponíveis para o trabalho voluntário, em geral têm que continuar trabalhando em atividades que gerem renda, porquanto os benefícios previdenciários são insuficientes para a manutenção própria e da família, ao contrário do que ocorre principalmente nos países europeus.

Tenderini, em entrevista feita para o presente estudo, discorre sobre a realização de trabalho voluntário no contexto dos grupos Emaús nos seguintes termos:

[...] Para mim esse é um grande desafio, pois esse é um espaço em que há oportunidade para ter gente voluntária trabalhando. Essa questão do voluntariado é muito difícil também em outros países da América Latina, pela situação social.

Diferentemente, na Europa existem comunidades de Emaús só de voluntários, que são chamados de amigos de Emaús. Eu conheço uma no interior da França com oitocentos voluntários e uma estrutura imensa. Na Europa quando se está aposentado, abre-se essa possibilidade.

Aqui o voluntariado é muito pouco, pois quando as pessoas se aposentam ganham tão pouco que precisam arranjar outros ganhos. Mas é um espaço aberto. Existem possibilidades.

Segundo Landin e Scalon (2009), em dados coligidos no ano de 1998, 22,6% (vinte e dois vírgula seis por cento) da população habitante no Brasil com mais de 18 (dezoito) anos realiza trabalho voluntário, com a doação de parte do tempo disponível em ações de natureza social, através de entidades ou diretamente beneficiando pessoas que não são parentes ou amigos. O trabalho voluntário realizado em instituições integra 16% (dezesseis por cento) dessa população.

As instituições religiosas recebem 57% (cinquenta e sete por cento) do trabalho de natureza voluntária realizado no Brasil e as entidades de assistência social beneficiam-se de 17% (dezessete por cento) desse tipo de atividade laboral. Os 26% (vinte e seis por cento) restantes do voluntariado é cumprido nas atividades de saúde, educação, defesa de direitos e comunitárias. A maior parte das pessoas que realizam trabalho voluntário são religiosos praticantes, sendo 1,4% (um vírgula quatro por cento) os voluntários sem vinculação religiosa (LANDIN e SCALON, 2009).

Das pessoas que realizam trabalho de natureza voluntária no Brasil, 53% (cinquenta e três por cento) fazem serviços de limpeza e infra-estrutura, como obras e consertos, 15% (quinze por cento) angariam recursos através de quermesses, bazares e campanhas, e 14%

(catorze por cento) dedicam-se a atividades religiosas. Os 18% (dezoito por cento) restantes realizam outros serviços como ações pedagógicas, de amparo psicológico e relativas a cuidados pessoais (LANDIN e SCALON, 2009).

Os membros da Associação que não se adaptam à disciplina do trabalho grupal são desligados da comunidade, por ferirem um dos princípios mais importantes do Movimento Emaús que é a geração do sustento a partir do trabalho e não da assistência.

Considerando a invocação à disciplina do trabalho feita acima, parece oportuno salientar que, diferentemente da ética do trabalho produtivista associada ao ascetismo protestante de matriz calvinista, tida por Weber como esteio das sociedades desenvolvidas do Ocidente, especialmente da formação social dos Estados Unidos da América, a eticidade laboral que norteia as ações dos Grupos Emaús parece estar assentada na busca pela capacidade de auto-sustentação, em condições humanas dignas, tendo como horizonte os valores relativos à fraternidade e à solidariedade, ao mesmo tempo em que rompe com a lógica assistencialista que anima as atitudes de diversos segmentos políticos e religiosos, com vasto lastro na cultura política brasileira.

Observam Santos e Rodríguez (2005, p. 23-32), que após a derrocada do Socialismo real, a par do decorrente desgaste do Estado de Bem Estar Social, então erigido como um ponto de equilíbrio entre os pólos da chamada Guerra Fria, restaram desamparados os grupos sociais mais vulneráveis no contexto do hegemônico capitalismo global, com o aumento avassalador do desemprego e subemprego, inclusive sob a forma de terceirização.

Neste contexto, o tipo de atitude dos grupos sociais marginalizados, especialmente na periferia do capitalismo, na direção da valoração do trabalho, antes de filiar-se à busca de êxito associada ao espírito capitalista protestante, parece vincular-se às opções de sobrevivência material em um modelo de sociedade que vem intensificando a concentração de riqueza e, conseqüentemente, os padrões de exclusão social.

Verificou-se na observação do cotidiano e durante a realização das entrevistas com membros da Associação estudada que há fortes indícios da presença dos seguintes elementos da convivência social destacados por Baechler (1995, p. 65-103):

- a) Sodalidade, enquanto capacidade de formação de grupos, na medida em que os componentes da mencionada Associação manifestam sinais identitários em relação ao coletivo que integram, sendo frequente nos depoimentos colhidos referências à ação coletiva que se efetiva.
- b) Sociabilidade, caracterizada pela capacidade de estruturação de redes sociais, considerando que a Entidade aludida além de estar vinculada ao Movimento Emaús

Internacional, é associada da ONG italiana *IPSIA*, e vem celebrando diversas parcerias com Órgãos Públicos e empresas privadas.

- c) Socialidade, que se caracteriza pela capacidade de manutenção da coesão endógena e no âmbito das redes que são formadas, porquanto a Associação citada tem conseguido manter-se ao longo de treze anos, apesar das dificuldades enfrentadas, consolidando parcerias e formando outras.

Foi possível identificar ainda a existência de uma disposição hierárquica dos papéis sociais dentro da Organização estudada, na qual, embora todos os sócios com a situação consolidada tenham direito de votar e ser votado na Assembléia Geral, há uma definição hierárquica do exercício de funções administrativas, consoante o modelo burocrático.

Verificou-se também que são realizadas discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Associação focada, inclusive na Escola Profissionalizante vinculada à Entidade aludida, onde tais procedimentos integram a pauta educativa.

Ademais, da observação realizada pode-se concluir que o comportamento cotidiano dos membros da aludida Entidade, bem como dos discentes da Escola Profissionalizante ali instalada, está em consonância com os princípios da sustentabilidade ambiental que é professada em forma de discurso.

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife realiza duas atividades principais: a coleta de materiais para reciclagem e o recolhimento de objetos para recuperação e venda nos bazares fixos e itinerantes, como computadores, condicionadores de ar, refrigeradores, fogões, roupas, livros, discos musicais de vinil e digitais, móveis e eletrodomésticos em geral. Os trabalhos são realizados na sede da Associação, localizada no Bairro de Beberibe, no município do Recife, a partir de parcerias e convênios realizados com outras organizações sociais e Órgãos Públicos para doação de material, bem como de iniciativas de particulares que, através de chamadas telefônicas, ofertam materiais recicláveis ou objetos em desuso.

A Associação disponibiliza veículo automotor para o transporte do material recebido em doação. São recebidas cerca de trinta chamadas telefônicas diárias de pessoas interessadas em doar materiais e objetos, o que evita que tais subprodutos do consumo sejam destinados a lixões ou aterros.

Os resíduos sólidos coletados, após separados e prensados, são comercializados com empresas que utilizam referidos materiais no processo produtivo.

Em depoimento para o presente trabalho, Tenderini faz o seguinte comentário sobre o trabalho da Associação:

Nossa Associação vive unicamente do material que recebemos na cidade, ou seja, do nosso trabalho de coleta. Recebemos uma média de trinta telefonemas por dia, de pessoas e entidades que chamam para doar material.

São duas atividades distintas: coleta e recuperação de objetos, que vendemos nos bazares, e a coleta, separação e venda de material reciclável, como papel, papelão, plástico. São dois aspectos distintos. Da venda dos objetos recuperados e do material reciclável nós tiramos nosso sustento.

Os objetos recolhidos são recuperados nas oficinas da Associação e comercializados nos bazares realizados na sede da Instituição, nos dias de quinta-feira, no horário vespertino, e aos sábados, no horário matutino. Frequentam esses bazares entre cem e cento e cinquenta pessoas, por evento, consoante informado por Tenderini no depoimento já referido.

Além das entrevistas efetivadas, foram realizadas observações sociológicas em oito visitas aos bazares fixos, no período compreendido entre 23 de maio e 18 de julho de 2009.

Um problema característico do tipo de atividade solidária citada é a ação dos comerciantes intermediadores, conhecidos como “atravessadores”, que se aproveitam dos baixos preços praticados nos bazares populares para adquirir mercadorias e revender a preços de mercado, auferindo lucros com a deturpação da finalidade social do empreendimento. Esses intermediadores geralmente vão aos bazares com caminhonetas e furgões para o transporte do material adquirido.

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife tem combatido as atividades dos “atravessadores” com a elevação dos preços de alguns produtos que não se enquadram no perfil do usuário dos bazares. Outra forma de combater a ação especulativa dos atravessadores é a realização da troca de equipamentos mais caros recebidos em doação por máquinas ou equipamentos úteis à Associação, como prensas de material reciclável e picotadeiras.

Em visita ao bazar fixo ocorrida no dia 30 de maio de 2009 ouviu-se um visitante comentar que os objetos ali dispostos, como máquinas de escrever manuais e elétricas, aparelhos de vídeo cassete e toca-discos de vinil, não serviam para nada e deveriam estar no lixo, o que reflete uma postura bastante diferente da idéia de sustentabilidade.

Em 04 de julho de 2009, foi ouvido um diálogo entre duas crianças do sexo masculino, com aproximadamente oito anos de idade, que estavam sentadas numa cadeira de balanço de três lugares posta à venda, tendo uma das crianças afirmado que “o bom é comprar aqui e levar para vender na feira”, verbalizando a lógica calculista dos “atravessadores”, embora aparentassem ser membros da comunidade local.

Há também os bazares itinerantes, que são realizados de duas a quatro vezes por mês, em outros bairros periféricos das cidades da Região Metropolitana do Recife, recebendo de

cinquenta a sessenta pessoas por dia. Ainda são realizados bazares volantes de livros e discos musicais na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal Rural de Pernambuco, uma vez por semana, conforme relata Tenderini na entrevista aludida.

Destaque-se que no campo do mercado informal, em que opera o comércio de material recuperado, a garantia das mercadorias tem como suporte a relação entre o vendedor e o comprador, como nas feiras livres, nas feiras de “troca-troca” e nos brechós, escapando da injunção coercitiva da legislação, especialmente do Código do Consumidor.

6.4. CONTEXTO DAS ATIVIDADES DE RECICLAGEM

Na cidade do Recife, onde as ações da Associação Trapeiros de Emaús-Recife são desenvolvidas, em números do ano de 2000, são gerados de lixo 1,59 kg/habitante/dia, apresentando a seguinte composição: matéria orgânica, 63% (sessenta e três por cento); papel, 12% (doze por cento); plástico, 7% (sete por cento); vidro, 5% (cinco por cento); metal, 2% (dois por cento); outros, 11% (onze por cento), segundo dados da EMLURB disponibilizados por Lucena (2004, p. 58-59).

Com base nas informações acima, chega-se a um potencial de reciclagem do lixo na cidade do Recife de 26% (vinte e seis por cento), do qual somente realizam-se 0,3% (zero vírgula três por cento), conforme aponta Lucena (2004, p. 59).

Algumas empresas instaladas no Estado de Pernambuco, como a Tomra Latasa, a Companhia Industrial do Vidro (CIV), a Ondunorte e Gerdau, já empregam materiais reciclados como insumo do processo produtivo (LUCENA, 2004, p. 78/79).

Até o final da década de 1960 o lixo gerado na cidade do Recife era destinado a um lixão localizado na Rua da Regeneração, no Bairro recifense de Água Fria, havendo também, à época, fornos crematórios de resíduos nos Bairros de Santo Amaro (Rua do Pombal), Casa Amarela, Pacheco e Tejipió. Foram instaladas, na década de 1960, duas usinas de triagem e compostagem de resíduos orgânicos, sendo uma localizada no Bairro do Caçote e outra no Bairro do Curado. A usina do Curado funciona hoje apenas como crematório de animais (LUCENA, 2004, p. 70-71).

No período compreendido entre 1970 e 1979 o lixo da cidade do Recife foi depositado no aterro controlado da Mumbeca, no município de Paulista, localizado na Área Metropolitana do Recife. A partir de 1979 e até 1984, os resíduos gerados foram destinados a um terreno no Bairro de Prazeres, localizado em Jaboatão dos Guararapes, também integrante da Área Metropolitana do Recife. Por volta do ano de 1984, os resíduos passaram a ter como

destinação final o chamado lixão da Muribeca, situado no referido município de Jaboatão dos Guararapes. A partir de 1994, no lixão da Muribeca iniciou-se um processo de transformação em aterro controlado, passível de monitoramento ambiental, através de um programa comandado pela EMLURB, com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco (LUCENA, 2004. p. 71-72).

A propósito, discorrendo acerca da diferença entre aterro controlado e aterro sanitário, fazendo referência à Norma da ABNT NBR 8.849, de 1985, Lucena aponta:

[...] um aterro controlado é a forma de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão da cada jornada de trabalho. O aterro controlado assemelha-se ao aterro sanitário, porém não dispõe de alguns diferenciais como a impermeabilização de base, os sistemas de tratamento de chorume e de dispersão de gases. A ausência da impermeabilização de base pode colocar em risco a qualidade das águas subterrâneas. Desta forma, considera-se como uma técnica mais vulnerável que a do aterro sanitário. (LUCENA, 2004, p. 292).

No mês de julho de 2009 o aterro da Muribeca foi desativado por força de decisão judicial, após o descumprimento, por parte da Prefeitura da Cidade do Recife, de Termo de Ajustamento de Conduta assinado sob coordenação do Ministério Público do Estado de Pernambuco, com participação do CPRH, com o objetivo de evitar danos ao meio ambiente (LEITE, 2008; GALVÃO, 2009a e 2009b).

Após a desativação do aterro controlado da Muribeca, o lixo gerado na cidade do Recife tem sido destinado a dois aterros privados localizados em municípios da Área Metropolitana do Recife, sendo um situado no município de Jaboatão dos Guararapes – o CTR (Centro de Tratamento de Resíduos) Pernambuco - e outro localizado no município de Igarassu - o CTR (Centro de Tratamento de Resíduos) Igarassu. O CTR Igarassu recebe setenta por cento do lixo gerado na cidade do Recife (LEITE, 2008; GALVÃO, 2009b).

O serviço de coleta de lixo na cidade do Recife é realizado atualmente pela empresa privada “Vital Engenharia Ambiental”, do Grupo Queiroz Galvão, e para o tratamento dos resíduos sólidos foi contratado o consórcio privado Recife Energia, grupo controlado pela empresa argentina “Qualix”, que tem oitenta por cento das ações e que foi recentemente desabilitada do serviço de coleta municipal, por quebra de contrato (GALVÃO, 2009a; CARVALHO e VALADARES, 2009).

O atual contrato firmado pela Prefeitura da cidade do Recife para coleta de lixo, que histórica e comparativamente envolve cifras vultosas, foi questionado pelo Tribunal de Contas

do Estado de Pernambuco, em decisão proferida em 12 de agosto de 2009, conforme relatado em matéria jornalística de responsabilidade de Galvão:

O pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou, na manhã de ontem, por cinco votos a zero, que a Prefeitura do Recife reduza em R\$ 12,6 milhões o valor do contrato emergencial firmado por seis meses com a Vital Engenharia, do Grupo Queiroz Galvão. O TCE entende que há indícios de superfaturamento dos preços. A empresa é responsável pelos serviços de limpeza urbana na cidade. Na prática, o pleno manteve a medida cautelar do conselheiro-relator, Carlos Porto, com algumas ressalvas. Na semana passada, embasado em relatórios técnicos do Núcleo de Engenharia do tribunal, o voto do relator pedia uma redução de R\$ 14,4 milhões. A prefeitura só poderia pagar R\$ 30,5 milhões e não os R\$ 44,9 milhões. Depois da decisão de ontem, o TCE determinou que o poder público pagasse R\$ 32,2 milhões. (GALVÃO, 2009c).

Destaque-se que, embora os Tribunais de Contas tenham suas vagas de membros votantes preenchidas segundo critérios discricionários e subjetivos dos governantes e parlamentares, podem tomar decisões com base em avaliações técnicas feitas por agentes públicos selecionados mediante concursos. Ademais, as decisões das Cortes de Contas estão suscetíveis de exame por parte do Poder Judiciário mediante provocação da parte ofendida, o que, de certo modo, mitiga as injunções políticas norteadoras desse tipo de procedimento.

A coleta seletiva do lixo na cidade do Recife vem sendo realizada através de algumas iniciativas da Prefeitura, a exemplo do “Projeto RecicLAR”, consistente de recolhimento em domicílios, que foi iniciado em caráter experimental, no ano de 1999 com a participação da Associação Trapeiros de Emaús-Recife, nos Bairros da Torre e Madalena, e que em 2004 contemplava treze bairros da cidade, com a passagem do caminhão do lixo pelo menos uma vez por semana (LUCENA, 2004, p. 62-63).

Atualmente, conforme as informações disponibilizadas pela EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (RECIFE, 2009), as ações relativas à coleta seletiva coordenadas pela Prefeitura da Cidade do Recife estão assim desenhadas:

- a) coleta porta-a-porta: feita em imóveis residenciais, condomínios, estabelecimentos de ensino públicos e privados e empresas, por meio de caminhões compactadores que circulam em dias alternados;
- b) Postos de Entrega Voluntária (PEVs): distribuídos nos lugares de maior fluxo, com depósitos específicos para cada tipo de material, sendo os de cor verde para vidro, os de cor amarela para metal, os de cor azul para papel e os de cor vermelha para plástico. O material coletado é recolhido diariamente e destinado à doação a núcleos de catadores e Organizações Não Governamentais associados à EMLURB;

- c) coleta seletiva comunitária: implantada em aglomerados populacionais de baixa renda nos quais a EMLURB está criando núcleos de catadores, com o objetivo de estruturar cooperativas futuramente. Conforme apontou Lucena (2004, p. 63-64), a Prefeitura da cidade do Recife, dentro do escopo do programa coleta seletiva solidária, em troca do material reciclável, inicialmente distribuía alimentos às comunidades e, em seguida, passou a fornecer vale-alimentação, no valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) para cada quinze quilogramas de material reciclável ou trinta quilogramas de sucata;
- d) coleta seletiva em áreas privadas: realizada através de parcerias com associações que reúnem empresas geradoras de quantidades elevadas de material reciclável, em especial do segmento imobiliário. Os imóveis construídos pelas empresas participantes desse programa recebem certificação de qualidade referente à contribuição para o Desenvolvimento Sustentável.

6.5. ESCOLA PROFISSIONALIZANTE

Sendo parte integrante da proposta de mudança social da Associação Trapeiros de Emaús-Recife, a Escola Profissionalizante mantida pela mencionada Entidade oferece quatro cursos principais: Eletricidade Civil e Industrial, Manutenção de Microcomputadores e Rede, Marcenaria e Refrigeração. Tais cursos têm duração de dez meses, são gratuitos e realizados no horário matutino, de segunda-feira a sexta-feira.

Referidos cursos têm como público alvo jovens de baixa renda, que, em sua maioria, residem nas proximidades da Associação estudada. A Escola exige que os alunos estejam na faixa etária de dezesseis a vinte e quatro anos e tenham cursado pelo menos a sexta série do ensino fundamental, consoante relatado pelo Presidente da Associação em entrevista para esta pesquisa.

A mencionada Escola possui cento e dez discentes e seis docentes, sendo quatro professores e dois formadores. Todos os docentes são sócios da Entidade estudada. A evasão escolar oscila entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento), segundo informações prestadas pelo Presidente da Associação em relato para o trabalho ora apresentado.

São oferecidos também curso de AutoCAD, para elaboração de desenhos e modelos em duas e três dimensões, e NR-10, relativo à segurança em instalações e serviços de eletricidade, para aprimoramento de profissionais. Esses cursos são realizados no horário noturno, com duração de quarenta e cinco horas, para os quais é cobrada uma taxa de manutenção.

Houve a recente construção da sede da Escola na mesma área da Associação, com recursos provenientes do Governo da Itália, por intermédio da ONG parceira IPSIA, que tem sede na Itália e, aqui no Recife, está instalada na sede da Associação Trapeiros de Emaús-Recife.

Os alunos da Escola Profissionalizante, além de se capacitarem para o mercado de trabalho, auxiliam na recuperação de objetos recebidos em doação pela Associação, os quais são destinados à venda nos bazares, a preços acessíveis à população de baixa renda.

Também faz parte das diretrizes da Escola referida a orientação ambiental e social, numa perspectiva voltada para a valorização da dimensão da cidadania. Com efeito, o Associado/docente 1, em depoimento para o presente trabalho, comentando a dimensão destacada assinala que os “[...] jovens não têm nenhuma perspectiva de vida e pelo menos nós oferecemos uma profissão. Mas não formamos apenas trabalhadores, formamos também cidadãos, porque temos também a parte de formação cidadã”.

Nesse mesmo diapasão, diversos alunos entrevistados para a pesquisa de que se trata, corroboram a informação dada pelo docente aludido. Adiante reproduzimos as falas de alguns dos discentes inquiridos:

[...] quem trabalha lá no galpão são pessoas daqui mesmo, eles trabalham e dividem o dinheiro. É a reciclagem, porque em vez das pessoas comprarem de outras, que vão destruir a árvore, está recuperando.
(Aluna 1, Curso de Mecânica em Refrigeração).

[...] vai evitar queimada de lixo que tem por aí, muito lixo dentro do esgoto, acontecendo entupimento. Aqui a gente pega o material, recicla, faz alguma coisa que possa servir para outras pessoas, e não seja jogado fora.
[...] nós olhamos aqui para recuperar coisas da comunidade, dar cursos de graça. Mas nem todo mundo olha dessa forma.
(Aluno 1, Curso de Mecânica em Refrigeração).

[...] dá para fazer inclusão social da comunidade que não está atualizada nesta área e não consegue arranjar emprego e coloca essas pessoas através de cursos profissionalizantes no mercado de trabalho e dá para tirar um benefício em relação ao meio ambiente. Acho muito bacana, porque conscientiza a população quanto ao cuidado com lixo, e cria um exemplo para eles.
(Aluna 3, Curso de Manutenção de Microcomputadores e Rede).

[...] É muito importante para nos tornar mais cidadãos, fica mais fácil para a sociedade e nos ajuda também na profissão, no futuro trabalho.
(Aluno 14, Curso de Eletricidade Civil e Industrial).

[...] Se tivessem várias associações, o Brasil seria outro, porque todo mundo estaria voltado para o lado social, se profissionalizando e dando oportunidade àqueles que não têm, pois gera renda e emprego.

[...] não adianta investir numa polícia para reprimir o marginal, mas é melhor tentar modificá-lo, tentar incluí-lo na sociedade como um cidadão de verdade. E tudo isso muda.

(Aluno 15, Curso de Mecânica em Refrigeração).

Desse modo, pode-se observar que, a par da disponibilização de conhecimento especializado com vistas a uma qualificação para o ingresso no mercado de trabalho, a Escola Profissionalizante mantida pela mencionada Associação também se propõe a educar para o exercício da cidadania, inclusive quanto ao cuidado com o meio ambiente e seu uso sustentável, especialmente a partir da reciclagem e do reaproveitamento de objetos descartados nos processos de produção e consumo.

6.6. PARCERIAS E PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO

A Prefeitura da Cidade do Recife, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, é parceira da Associação estudada para o fornecimento de material didático dos Cursos Profissionalizantes. A Prefeitura citada também é parceira na disponibilização dos profissionais da área de saúde para funcionamento do Posto de Saúde comunitário mantido pela Associação.

Outra parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife foi para implantação da coleta seletiva nos Bairros de Torre e Madalena, que teve duração de cinco anos e acabou desfazendo-se por problemas operacionais e de falta de articulação com a comunidade.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco iniciou uma parceria com a Associação Trapeiros de Emaús-Recife, para fornecimento de papel branco para reciclagem, tendo o projeto-piloto sido implantado no Departamento de Biologia da referida Instituição acadêmica, conforme depoimento do Presidente da Associação.

No âmbito do Terceiro Setor, a Associação pesquisada mantém parceira com a Organização Não Governamental italiana *IPSIA - Istituto Pace Sviluppo Innovazione ACLI*, que, no Brasil, funciona na sede da Entidade estudada.

A Associação Trapeiros de Emaús-Recife tem projeto de ampliação das atividades, com a reutilização do prédio localizado em Camaragibe, ao qual deverá ser destinado o trabalho de reciclagem de materiais, ficando a sede para as atividades de recuperação e venda de objetos e ações educativas.

Há interesse de aquisição de um imóvel na Região Metropolitana do Recife, para ampliação do trabalho que vem sendo desenvolvido. A propósito, Tenderini lança o seguinte comentário sobre a ampliação projetada:

[...] estamos pensando em transferir para lá as atividades de reciclagem de resíduos sólidos para ampliar o espaço daqui para o bazar. Na realidade esse trabalho, na medida em que cresce o conhecimento da sociedade sobre o nosso trabalho, é possível e é perfeitamente viável abrir um outro grupo desse em outra área da cidade, porque material para recolher tem. Daqui a um ano ou dois, abrir outro grupo em Jaboatão. A perspectiva é concreta.

Quando à expansão para o interior do Estado de Pernambuco, não há perspectiva no momento.

6.7. DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO

Em consonância com os parâmetros fixados pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (IBGE, 2004, p. 12-13), adiante são abordadas, de modo sistêmico e relacional, as dimensões ambiental, social, econômica e institucional do processo de Desenvolvimento Sustentável, a partir das atividades desempenhadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife.

A dimensão ambiental das atividades realizadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife pode ser visualizada no trabalho de reciclagem de resíduos sólidos e no recolhimento de objetos para recuperação, porquanto evitam que sejam destinados ao lixo comum depositado em aterro.

A propósito, Lucena (2004, p. 292), define reciclagem nos seguintes termos:

[...] reutilização ou recuperação de materiais descartados, para servir como matéria-prima para outros produtos. Caso não fossem reutilizados, estes materiais seriam considerados como lixo. [...] Além de possibilitar o reaproveitamento dos materiais, a reciclagem contribui ainda para a economia de matéria-prima primária, uma vez que é uma fonte de matéria-prima secundária, na fabricação de novos produtos.

Ademais, as ações de educação ambiental que são realizadas no âmbito da Escola Profissionalizante e em palestras ministradas em escolas e entidades públicas e privadas por membros da Associação mencionada, também se inscrevem nessa perspectiva ambiental, ao ensinar a possibilidade de desenvolvimento uma atitude crítica em relação aos atuais padrões de produção, consumo e descarte, de caráter predatório para o meio ambiente, mesmo em países como o Brasil, situado na periferia do capitalismo mundial integrado.

A sustentabilidade social tem visibilidade especialmente nas ações realizadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife relativas à inclusão social, principalmente de jovens,

que estão fora do mercado de trabalho formal e encontram uma alternativa de geração de renda.

As ações pedagógicas da Escola Profissionalizante mantida pela Associação também refletem a dimensão social, na medida em que proporcionam conhecimento técnico e capacitação, condições essenciais para o ingresso no mercado de trabalho, oferecendo ainda uma formação para o exercício da cidadania.

No que concerne à dimensão econômica, a Associação Trapeiros de Emaús-Recife realiza ações de economia solidária, as quais permitem, de um lado, a manutenção dos associados com o rendimento do seu próprio trabalho, e não através de assistência ou caridade, e, por outro lado, proporciona às comunidades mais pobres a aquisição nos bazares fixos e itinerantes, a baixos preços, de móveis, utensílios, eletrodomésticos, equipamentos de trabalho e outros objetos, que são coletados e recuperados nas oficinas da Entidade.

Embora inseridas no escopo do capitalismo, essas atividades de caráter solidário constituem uma das formas de resistência, ou mais precisamente de sobrevivência, no âmbito da globalização dominante, buscando viabilizar, na direção das tendências de uma globalização contra-hegemônica, novas sociabilidades com traços cooperativos e potencialmente emancipatórios.

Ademais, iniciativas econômicas solidárias têm mostrado viabilidade, do que é exemplo a empresa *Ecología y Aseo*, que, formada por ações de cooperativas de recicladores, presta serviço de limpeza em três cidades da Colômbia, sendo tal atividade denominada de “gestão ambiental de resíduos sólidos com participação comunitária” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 349).

A propósito da possibilidade de viabilidade econômica de empreendimentos de natureza solidária, Rodríguez lança o seguinte comentário:

[...] um número importante de cooperativas fez avanços econômicos consideráveis. As cooperativas de maior sucesso têm diversificado suas atividades econômicas. Incluem não apenas o serviço de limpeza e reciclagem de lixo domiciliário e industrial – e até em zonas extensas das grandes cidades – como também se ocupam da transformação do material reciclável, a atividade de maior valor agregado. Além disso, as cooperativas e redes têm tentado comercializar diretamente o material que recolhem através de cooperativas de venda (RODRÍGUEZ 2005, p. 349).

Luis Tenderini, em entrevista concedida para o presente trabalho, avalia as dificuldades econômicas enfrentadas pelo tipo de atividade desempenhada pela Associação estudada nos seguintes termos:

Pela nossa análise dos últimos dez anos, uma das razões para ter baixado no último ano o preço dos resíduos sólidos é que cresceu a

quantidade de material reciclável que é separado, porque lentamente a população começa a tomar consciência de que em casa não deve misturar lixo orgânico com o lixo reciclável. Com isso, na hora da coleta já está o material mais ou menos separado, facilitando depois o processamento.

Daí surge a necessidade de novas empresas que reciclem. Aumentou o material reciclável, mas as empresas são as mesmas de dez anos atrás. Como essas empresas não têm capacidade de processar em grande volume, o material fica lá guardado. A Aço-Norte está com os pátios abarrotados de material que não consegue fundir, então o preço baixa, porque o que incentiva esse trabalho é o ganho econômico.

Considerando-se que o mercado de material reciclável está estruturado sob a forma de oligopsônio, com um elevado número de vendedores (coletores) e uma escassa quantidade de consumidores (empresas que utilizam materiais recicláveis no processo produtivo), parece necessário que seja efetivada a implementação de políticas públicas voltadas à ampliação da demanda por esses materiais oriundos do processo de reciclagem, com a utilização, dentre outras possíveis opções, da concessão de incentivos fiscais aos empreendimentos que tenham como insumo produtivo o resultado do trabalho das pessoas que atuam no setor de reciclagem de resíduos sólidos.

Com o incremento da demanda industrial por materiais recicláveis deverá haver um duplo benefício para os segmentos da população com menores perspectivas ocupacionais: de um lado abre-se a possibilidade de novos postos de trabalho no campo das atividades de reciclagem, incluindo a expansão das atividades da Associação sob mira e a multiplicação de iniciativas semelhantes, pela ação exemplar. Por outro lado, a elevação do percentual de reciclagem de resíduos sólidos pode provocar a melhoria das condições ambientais, ao reduzir a destinação de recicláveis aos aterros, resultando numa melhoria da qualidade de vida para a população em geral.

Com efeito, a argumentação acima desenvolvida está em consonância com as diretrizes fixadas pela legislação do Estado de Pernambuco, posto que, como antes relatado, está positivado na Lei n° 12.008/2001-PE que a referida Unidade Federativa faça uso de instrumentos fiscais em benefício de unidades geradoras de resíduos que adotem práticas capazes de reduzir os impactos sobre o meio ambiente das atividades de natureza econômica, dentre os quais estão incluídas as ações de reciclagem de resíduos sólidos.

Ademais, no texto de referência da Política de Resíduos Sólidos estadual, divulgado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco no ano de 2006, em terceira edição (PERNAMBUCO, 2006b), está assentado, dentre outras ações da citada Política, que deverão ocorrer:

- a) Instituição do “ICMS sócioambiental, envolvendo gestão de resíduos sólidos” (Componente 1, Ação 15).
- b) Redução do “ICMS para resíduos recicláveis e produtos fabricados com resíduos recicláveis” (Componente 6, Ação 5).
- c) Criação de “mecanismos que facilitem a comercialização dos recicláveis em todas as regiões do Estado” (Componente 6, Ação 8).
- d) Incentivo a “consórcios entre municípios e iniciativa privada para tratamento, processamento e comercialização dos resíduos recicláveis” (Componente 6, Ação 9).
- e) Fomento de “parcerias das indústrias recicladoras com o poder público e iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e desenvolvimento de associações e/ou cooperativas de catadores” (Componente 6, Ação 10).
- f) Estímulo do “mercado de reciclagem, através de Bolsas de Resíduos, incentivos fiscais, etc.” (Componente 6, Ação 14).
- g) Incentivo à “fabricação de produtos elaborados com material reciclável” (Componente 6, Ação 15).
- h) Regulamentação da “redução de tributos sobre produtos reciclados” (Componente 6, Ação 16).
- i) Incentivo à “instalação de indústrias recicladoras no Estado” (Componente 6, Ação 17).

Ainda no referido texto de referência da Política de Resíduos Sólidos do Estado de Pernambuco, estão previstos os Programas de incentivo “à implantação de indústrias recicladoras de resíduos sólidos” e “à criação e desenvolvimento de associações e/ou cooperativas de catadores e classificadores de resíduos sólidos” (PERNAMBUCO, 2006b).

Assim, observada a experiência histórica que vem se consolidando, se utilizado com maior efetividade o potencial de articulação em redes, bem como a possibilidade de construção de políticas públicas específicas, a Associação Trapeiros de Emaús-Recife poderá ampliar seu escopo de ação e passar a realizar serviços de maior envergadura econômica, viabilizando, assim, o aumento do quadro de sócios e a capacidade de melhor remunerá-los, além da possibilidade de incremento das ações pedagógicas.

No que respeita à sustentabilidade institucional, a Associação estudada mantém-se dos recursos provenientes do trabalho dos associados com reciclagem de resíduos sólidos e recuperação e venda de objetos usados. Dessarte, as atividades dessa natureza podem gerar um esteio institucional e uma referência coletiva para os segmentos populares que não

encontram espaço para trabalhar no campo formal do mercado, demonstrando a validade de tais iniciativas.

A propósito, propondo uma definição de instituição que contemple as relações de mediação entre as estruturas sociais e as ações individuais, Théret aponta:

A instituição é, dessa perspectiva, o que permite manter, estabelecendo limites, a tensão dinâmica entre os princípios do conflito e da cooperação, que são constitutivos das transações: as regras comuns aceitas pelos agentes nas transações introduzem princípios de ordem que permitem que elas sejam operadas e reproduzidas no tempo. [...] Por outro lado, a partir da projeção no futuro, o projeto individual é valorizado ao ponto que ele passa a fazer parte até mesmo da representação da pessoa, a incorporação de disposições e a formação de “habitus” não podendo ser vistas como sinônimos da inculcação de normas de reprodução correspondentes a posições sociais e condutas individuais. É por isso que as instituições não são necessariamente obstáculos à inovação, mas podem, ao contrário, estimular a mudança, inclusive uma mudança radical (THÉRET, 2003, p. 249-250).

Ademais, um espaço institucional dessa natureza pode propiciar não apenas uma prática democrática cotidiana, como já vem ocorrendo com a Associação estudada, como também se constitui num verdadeiro laboratório para realização de reflexões e encaminhamentos de reivindicações, perante o Poder Público, para a melhoria da prestação dos serviços públicos de educação, saúde, segurança e apoio de atividades de Economia Solidária.

6.8. POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS E POTENCIALIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora pareçam acertados os posicionamentos de Quinjano (2005) e Bosi (2008), quando advertem que se deve ter cuidado para não se adotar uma visão excessivamente otimista sobre o potencial emancipatório da economia solidária, porquanto esta funciona muitas vezes apenas como uma forma de acobertar a precarização do trabalho e o barateamento de sua remuneração a serviço do capitalismo globalizado, a inserção ou reinserção das pessoas no mundo do trabalho é, de *per se*, uma ação com potencialidades emancipatórias, na medida em que promove a liberdade econômica, ainda que bastante limitada, consoante aponta Sen (2007).

Sobre a precarização do trabalho, é importante chamar a atenção para as observações feitas por Bosi (2008) e Kalleberg (2009). Bosi (2008, p. 105-106) aponta a vigência de uma articulação entre os setores da economia “formal” e “informal”, no atual contexto de

externalização das funções produtivas, mecanismo de que se usa o capitalismo globalizado para reduzir custos com trabalho, consistente da terceirização, recontração, subcontração e jornadas de tempo parcial.

Kalleberg (2009, p. 26-27), ao tempo em que registra que a maior parte dos postos de trabalho em países da periferia capitalista, como o Brasil, situa-se no setor informal da economia, adverte que, sob a lógica normativa da globalização de feição neoliberal, está havendo a desburocratização das relações trabalhistas, com os ex-empregados sendo contratados como prestadores de serviços autônomos, sem qualquer vínculo empregatício ou possibilidade de negociação coletiva e arcando com todo o ônus previdenciário, outrora no escopo dos direitos trabalhistas.

O trabalho de reciclagem de resíduos sólidos situa-se como uma atividade do campo informal plenamente articulada com o setor formal da economia, porquanto fornece insumos produtivos para as indústrias de grande porte. Daí poder-se, concluir, com Rodriguez (2005), que as pessoas que trabalham com coleta seletiva e reciclagem são prestadores de serviço de grandes corporações capitalistas, que se utilizam desse serviço a um custo baixíssimo e sem obrigações contratuais.

Contudo, apesar dos pertinentes reparos feitos para que se evite uma abordagem fetichizadora do fenômeno estudado, parece pertinente, como assinalam Quijano (2005) e Singer (2008), o reconhecimento da coexistência de vários modos de produção fulcrados em uma lógica econômica não exploradora, no contexto histórico do modo de produção capitalista hegemônico, e, ao mesmo tempo, a articulação de um novo imaginário anticapitalista e resistente à proposta de nacionalização econômica herdada das experiências socialistas históricas, desenhando possibilidades de lutas sociais em busca de novos arranjos econômicos, sociais e ambientais.

Quanto à promoção das liberdades através do trabalho, Sen destaca os efeitos negativos do desemprego, mesmo no contexto de funcionamento dos mecanismos da seguridade social:

[...] o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado (a um pesado custo fiscal que pode ser, ele próprio, um ônus gravíssimo); é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos. Entre seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a “exclusão social” de alguns grupos e acarreta perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica (SEN, 2007, p. 35-36).

É ilustrativo dessa perspectiva de resgate social pelo trabalho o depoimento do Associado 5:

[...]

Aqui a gente não só recupera móveis, objetos, recupera a pessoa em si. Eu mesmo antes de entrar aqui bebia e só tinha a quinta série. Aqui o pessoal me incentivou, me ajudou, me deu a mão, me capacitou. Aqui se trabalha também com ex-presidiários, para quem o mercado de trabalho não se abre. A gente vê a necessidade da família e tenta recuperar a pessoa o máximo possível.

No mesmo diapasão, o Associado 2 destaca:

[...]

Nosso trabalho na Instituição é muito importante, pois o material que a gente recicla em grande quantidade evita de ir poluir o meio ambiente. Nosso trabalho em si restaura não só objetos, como vidas. Muitos que trabalham aqui eram dependentes de álcool, ou usavam drogas, pessoas que tinham questão em Delegacia, e hoje vêm para cá e se restauram.

Dessarte, buscando-se realizar uma apreciação crítica das iniciativas econômicas populares, é possível visualizar possibilidades emancipatórias através do trabalho no quadro da ação coletiva, inclusive como estímulo para busca de melhorias, para o que parece imprescindível a articulação entre as organizações do Terceiro Setor, notadamente sob a forma de redes sociais fulcradas numa ética solidária e democrática, e o Estado, numa configuração mais experimental associada ao Estado Novíssimo Movimento Social, em especial mediante a implementação de políticas públicas focadas nas atividades que associam o manejo ambiental sustentável e geração de emprego e renda.

A necessidade de adoção de políticas públicas com a finalidade de estimular e mesmo viabilizar as atividades de reciclagem e recuperação de materiais descartados parece evidente, especialmente em razão das dificuldades de operacionalização e articulação dos setores envolvidos.

A propósito, quanto ao papel do Estado na promoção do bem-estar social, Bresser Pereira assinala:

[...] podemos definir o Estado pelo seu papel. Nessa perspectiva, o Estado é a instituição abrangente que a nação ou a sociedade civil usam para promover seus objetivos políticos; é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação ou da sociedade civil.

[...]

No Estado Democrático dos nossos dias, a classe profissional e a classe trabalhadora também partilham do poder. Podemos, assim, pensar em nações ou em sociedades civis mais ou menos democráticas; quanto mais democráticas forem, mais democráticos serão os respectivos Estados. Enquanto em um Estado democrático todos os cidadãos são iguais perante a lei, a sociedade civil ou a nação será tanto mais democrática quanto

menores forem as diferenças de poder real entre seus membros – quanto menores forem as diferenças decorrentes do dinheiro, do conhecimento, e mesmo da capacidade de organização ou mobilização social. (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 11).

Embora enfocando mais a dimensão do fomento, os componentes da Associação estudada defendem que deve haver políticas públicas relativas especificamente às atividades de reciclagem e de recuperação de materiais e objetos. Tenderini, em entrevista para a pesquisa realizada, afirmou:

Tem algumas estruturas públicas na Prefeitura, no Estado, tem as Secretarias de Meio Ambiente, mas que ficam muito restritas a alguma atividade que é ambiental no sentido de preservar a mata, etc., mas não cuidam desses outros problemas e daqui a pouco não vai haver mais mata, porque vão jogar lixo lá. Tem que pensar antes disso.

É um processo de integração cada vez maior entre experiências positivas que acontecem na sociedade e propostas ou pelo menos projetos do poder público para encontrar soluções que sejam viáveis e também economicamente rentáveis.

O Associado 2 assinala que o “apoio de Prefeituras e outros setores ia melhorar muito nosso trabalho. Aqui nós fazemos projetos que outras empresas ajudam, como nos cursos. Deveria ter um maior apoio”.

No mesmo diapasão, o Associado 4 comenta:

[...] Se o governo destinasse um recurso para investir na formação de grupos que procurassem recuperar objetos em desuso, materiais recicláveis, para gerar renda, isso iria reduzir muito o desemprego aqui em Recife, em Pernambuco. É uma coisa que daria certo em muitos lugares, uma prática que poderia ser copiada. Nas cidades do interior poderia ser uma alternativa para combater o desemprego. Resolver um problema social e ao mesmo tempo combater a poluição do meio ambiente, que é uma coisa séria. Ainda bem que os ambientalistas estão ganhando mais espaço e parece estar havendo mais uma atenção das pessoas em relação a essa questão da consciência ambiental.

Para a Associada 2, a participação do poder público é fundamental para a melhoria do tipo de trabalho que a Associação Trapeiros de Emaús-Recife desenvolve:

[...] Iria ajudar muita gente, principalmente a comunidade mais pobre. Alguns não conseguem arrumar emprego porque às vezes não têm uma capacitação adequada. Seria muito com a intenção de mais emprego para a população, porque tem muita gente que tem o estudo, mas não tem uma possibilidade de arranjar um emprego bom.

Dessarte, a coordenação estatal, mediante políticas públicas, tem especial relevo na construção e ampliação de alianças entre o setor público e o Terceiro Setor, buscando efetividade para as iniciativas de geração de emprego e renda das camadas sociais excluídas das oportunidades do mercado de trabalho formal, a exemplo das organizações sociais que

trabalham com reciclagem e recuperação de materiais descartados nos processos de produção e consumo.

Tais demandas por políticas públicas, para que possam produzir os efeitos desejados, deverão refletir as posições adotadas a partir de debates democráticos realizados no âmbito das entidades que realizam as atividades de reciclagem de resíduos sólidos, resultante das ações coletivas compartilhadas cotidianamente pelos trabalhadores. Desse modo, as vozes dos movimentos sociais deverão ter proeminência sobre as propostas tecnocratas dos agentes de governo, abrindo espaço para uma gestão democrática compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil.

7. CONCLUSÃO

A presente pesquisa consistiu da descrição e análise de atividades socialmente includentes e ambientalmente responsáveis realizadas por segmentos do Terceiro Setor, tendo por objeto o estudo das ações da Associação Trapeiros de Emaús-Recife, com a finalidade de averiguar a contribuição dada para o processo de construção do Desenvolvimento Local Sustentável, tendo sido destacadas as potencialidades de expansão de atividades dessa natureza e a pertinência da implementação de políticas públicas focadas na viabilização de iniciativas semelhantes, a partir da perspectiva experimental do Estado Novíssimo Movimento Social.

Foi tido como objeto teórico o Desenvolvimento Local Sustentável, a partir das perspectivas da inclusão social e do desenvolvimento como liberdade, e definido como objeto empírico as atividades realizadas pela Associação mencionada, que focalizam o exercício da cidadania, com a efetivação de ações ambientalmente responsáveis, de economia solidária e pedagógicas.

Foram feitas observações sociológicas do funcionamento da referida Entidade assim como efetivadas entrevistas com uma amostra de catorze pessoas das trinta e uma pessoas que atualmente integram a Associação Trapeiros de Emaús-Recife e com vinte e dois dos cento e dez alunos da Escola Profissionalizante mantida pela referida Associação.

Com base nos parâmetros fixados pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (IBGE, 2004, p. 12-13), foram abordadas as dimensões ambiental, social, econômica e institucional do processo de Desenvolvimento Sustentável, pensadas de forma sistêmica e relacional, no que concerne às atividades desempenhadas pela Associação estudada.

No que concerne à dimensão ambiental das ações desempenhadas pela mencionada Associação, tem visibilidade no trabalho de reciclagem de resíduos sólidos e no recolhimento de objetos para recuperação, uma vez que evitam que sejam destinados ao lixo comum disposto em aterros. No mesmo diapasão, as iniciativas atinentes à educação ambiental que ocorrem no âmbito da Escola Profissionalizante vinculada à Organização estudada e em palestras proferidas em escolas e entidades públicas e privadas por associados, também estão inseridas nessa perspectiva ambiental, na medida em que podem dar ensejo ao desenvolvimento de posturas críticas quanto aos vigentes padrões de produção, consumo e descarte, causadores de danos ao meio ambiente.

A dimensão da sustentabilidade social é visualizada sobretudo nas atividades realizadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife concernentes à inclusão social, em especial quando propiciam uma alternativa de trabalho e renda para pessoas que se encontram à margem do mercado de trabalho formal. Também as atividades de natureza pedagógica profissionalizante desenvolvidas pela aludida Associação reverberam a dimensão social, porquanto ofertam conhecimento técnico e capacitação, possibilitando a preparação para inserção no mercado de trabalho, além de proporcionar uma formação potencializadora do exercício da condição de cidadão.

Relativamente à dimensão econômica, a Associação focalizada efetiva atividades de Economia Solidária, que propiciam tanto a manutenção dos sócios com a renda resultante do próprio trabalho, quanto permitem às comunidades de renda mais baixa a aquisição a módicos preços, nos bazares fixos e volantes, de móveis, utensílios, eletrodomésticos, equipamentos de trabalho e outros objetos, que são recebidos em doação e recuperados.

A dimensão institucional da sustentabilidade está presente na Associação analisada na medida em que se mantém dos recursos gerados pelo trabalho dos seus membros com reciclagem de resíduos sólidos, assim como com a recuperação e venda de objetos usados. Com efeito, tal tipo de atividade pode proporcionar um esteio institucional e uma referência coletiva a setores da população que não estão incorporados no mercado de trabalho formal, sinalizando assim a eficácia dessas iniciativas.

Por outro lado, um arcabouço institucional desse tipo pode viabilizar a emergência e consolidação de práticas democráticas cotidianas, como as que têm visibilidade na Associação focada, bem como dar ensejo a práticas reflexivas e ações reivindicatórias perante o Poder Público, buscando a melhoria dos serviços públicos, inclusive atinentes à viabilização de iniciativas de Economia Solidária.

Levando-se em conta que o mercado de material reciclável possui estrutura de oligopsônio, com uma grande quantidade de vendedores (coletores) e um pequeno número de consumidores (empresas que utilizam materiais recicláveis como insumos no processo produtivo), mostra-se necessário que sejam implementadas políticas públicas objetivando a elevação da demanda pelos materiais oriundos do processo de reciclagem, com a concessão, dentre outras opções possíveis, de incentivos fiscais aos empreendimentos que tenham como lastro da produção o resultado do trabalho das pessoas que atuam no segmento de reciclagem dos resíduos sólidos gerados nos processos de produção e consumo.

Uma vez havendo a elevação da demanda industrial por materiais recicláveis, deverá ocorrer um benefício para a parte da população economicamente ativa com perspectivas

ocupacionais menores, que poderá contar com novos postos de trabalho relacionados às atividades de reciclagem, incluindo a expansão das ações da Associação estudada e a multiplicação de iniciativas dessa natureza. Ademais, com o incremento do percentual de reciclagem de resíduos sólidos, ocorrerão melhorias das condições ambientais, ao provocar a redução do descarte de recicláveis nos aterros, implicando numa elevação da qualidade de vida de toda a população.

Com efeito, é destacada a importância da mobilização da sociedade civil para que tenham efetividade as diretrizes fixadas através da Lei nº 12.008/2001, que regula a Política de Resíduos Sólidos do Estado de Pernambuco, segundo a qual o referido Ente Federativo deverá fazer uso de instrumentos fiscais em benefício de unidades geradoras de resíduos que adotem práticas para redução dos impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente, de que são exemplo as ações atinentes à reciclagem de resíduos sólidos.

Verifica-se, contudo, que essas demandas por políticas públicas, para que sejam capazes de gerar os resultados almejados, deverão traduzir as posições firmadas a partir de debates democráticos realizados pelas entidades que se ocupam das atividades de reciclagem de resíduos sólidos, no escopo das ações coletivas compartilhadas no cotidiano desses trabalhadores. Assim, as vozes dos movimentos sociais poderão ter prevalência sobre as propostas dos agentes de governo, de acento tecnocrático, ensejando possibilidades de construção de uma gestão democrática compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil.

Assim, observando-se de modo crítico as iniciativas econômicas populares, no marco da Economia Solidária, é possível identificar possibilidades emancipatórias através do trabalho no quadro da ação coletiva, inclusive enquanto estímulo para procura de uma melhor qualidade de vida, o que demanda a articulação entre as organizações do Terceiro Setor, em especial sob a forma de redes sociais fundadas numa ética solidária e democrática, e o Estado, numa configuração mais experimental associada ao Estado Novíssimo Movimento Social, notadamente mediante a implementação de políticas públicas direcionadas às atividades que busquem a associação entre o manejo ambiental sustentável e a geração de emprego e renda.

Em suma, os procedimentos de observação e entrevista, bem como a análise dos resultados a partir das referências teóricas coligidas, permitiram chegar às conclusões:

- a) as atividades realizadas pela Associação analisada, embora em escala reduzida, contribuem para construção do processo de Desenvolvimento Sustentável, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional;

- b) é plausível a ampliação do escopo de atuação do Terceiro Setor na realização de ações ambientalmente responsáveis e socialmente incluídas, considerando que do potencial de reciclagem do lixo na cidade do Recife na ordem de 26% (vinte e seis por cento), somente reciclam-se 0,3%;
- c) há possibilidade de terem efetividade políticas públicas que sirvam de esteio a atividades semelhantes às ações da Associação estudada, considerando que já foi positivada no ordenamento jurídico do Estado de Pernambuco a previsão de políticas fiscais específicas para o segmento de reciclagem, além de outras ações públicas relativas à Economia Solidária, objeto de política pública de âmbito nacional.

Dessarte, embora estando integradas ao funcionamento do capitalismo, porquanto fornecem insumos ao processo produtivo, as atividades realizadas pela Associação Trapeiros de Emaús-Recife, fulcradas numa lógica solidária, caracterizam-se como um modo de resistir ou de sobreviver socialmente no âmbito da globalização dominante, potencializando novas sociabilidades com características cooperativas e emancipatórias, na direção das tendências mobilizadoras de energias utópicas para construção de formas de globalização contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Políticas Sociais no Governo Lula. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dcp/docentes/almeida/Lula.doc>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. Responsabilidade Social e Economia Solidária: Estratégias para sustentabilidade social. In: Maristela Oliveira de Andrade. (Org.). **Meio Ambiente e Desenvolvimento**: bases para uma formação interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, v. 1, p. 307-323.

AVRITZER, Leonardo. **Limites e potencialidades da expansão democrática no Brasil**. Agenda Pós-neoliberal – Ciclo de Seminários – Fórum Social Brasileiro, Belo Horizonte, 7 e 8 de novembro de 2003 – Um projeto Ibase em parceria com ActionAid Brasil, Attac Brasil e Fundação Rosa Luxemburgo. Disponível em: <http://www.mujeresdelsur.org.uy/agenda_pos/pdf/1a_edicao/leonardo_avritzer_port.pdf> Acesso em: 07 fev. 2007.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BÍBLIA, N. T. Lucas. Português. **Bíblia Sagrada: Edição Pastoral**. Trad. Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional/Paulus, 1991. Cap. 24, vers. 13-35.

BITOUN, Jean. O que revelam os índices de desenvolvimento humano. **Desenvolvimento Humano no Recife: Atlas Municipal**. Disponível em: <[www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/O%20que%20revelam%20os%20%C3%8Dndices%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20\(IDH\).pdf](http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/O%20que%20revelam%20os%20%C3%8Dndices%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20(IDH).pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2007.

BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. **Relato Setorial nº 3**, AS/GESET. Julho, 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf>. Acesso em 31 ago. 2009.

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho informal**: O caso dos catadores de recicláveis. 2008. incompleto.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____ (org.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Junho/2008. Disponível em: <http://www.ctu.ufjf.br/ifet/CONCEPCAO_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em 25 out. 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 25 set. 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**: Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Reforma do Estado para a Cidadania**: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Gerencial. São Paulo: Editora 34; Brasília: Editora ENAP, 1998.

_____. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm; Sachs. (Orgs.). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/73EstadoPatrimonial-Gerencial.pdf>> . Acesso em 20 mar. 2006.

_____. Financiamento para o Subdesenvolvimento: O Brasil e o Segundo Consenso de Washington. In: Castro, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I, V. 2**. Rio de Janeiro: MAUAD/BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2002/60-2-2oCWashingtonBNDES.p.pg.pdf>> . Acesso em 10 nov. 2007.

_____. **Nação, Sociedade Civil, Estado e Estado-Nação**: Uma perspectiva histórica. 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.09.Nação_Sociedade_Civil_Estado_28abril.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; PACHECO, Regina Sílvia. **A Reforma do Estado Brasileiro e o Desenvolvimento**. 2005. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2006.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CAPPELLI, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. **Revista de Administração da UFLA**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.dae.ufla.br/revista/revistas/2003/2003_1/revista_v5_n1_%20jan-jun_2003_6.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2008.

CARVALHO, Clara; VALADARES, João. Contradição milionária. **Jornal do Commercio**, Recife, 07/08/2009. Caderno Cidades. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/2009/08/07/not_341938.php>. Acesso em: 30 ago. 2009.

CHAUÍ, Marilena. Fantasia da Terceira Via. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19/12/1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1912199904.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

D'ANGELO, André Cauduro. **Valores e Significados do Consumo de Produtos de Luxo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: <http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/002951.pdf>. Acesso em: 24 set. 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 1-2, pp. 40-57, 1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/Cap03eco.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.

EGITO, Marcelo. Associação dos Trapeiros de Emaús Recife. Disponível em: <<http://www.escolarecife.org.br/varios/emaus.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2008.

FATÁ, Rondon Mamede. Os Conceitos Básicos sobre Lixo – Os 5 R's. **Educação Pública**, Rio de Janeiro: CECIERJ, 2007. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/meioambiente/0013.html>>. Acesso em: 24 set. 2009.

FORLIN, Flávio J.; FARIA, José de Assis F. Considerações Sobre a Reciclagem de Embalagens Plásticas. **Revista Polímeros: Ciência e Tecnologia**, São Carlos-SP, V. 12, n. 1, pp. 1-10, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/po/v12n1/9876.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2008.

FORTE, Claudia Márcia de Jesus. **Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-08102007-111516/>>. Acesso em: 07 fev. 2008.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Ipea, Brasília, n° 21, pp. 211-259, 2000. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2008.

GALVÃO, André. Recife muda coleta de lixo. **Jornal do Commercio**, Recife, 08/07/2009. Caderno Cidades. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/2009/07/08/not_338006.php>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. PCR calcula despesa ainda maior. **Jornal do Commercio**, Recife, 19/07/2009. Caderno Cidades. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/2009/07/19/not_339554.php>. Acesso em: 31 jul. 2009.

_____. TCE manda reduzir valor de contrato. **Jornal do Commercio**, Recife, 13/08/2009. Caderno Cidades. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/2009/08/13/not_342670.php>. Acesso em: 30 ago. 2009.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, V. 8, n° 3, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n3/7647.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n° 18, pp. 103-114, 1987. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_nova_intransparencia.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

IBGE. 2004. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Edição Especial no. 13, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2008.

JACOBI, Pedro. Educação e meio ambiente – transformando as práticas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n° 0, pp. 28-35, 2004. Disponível em: <http://www.ufmt.br/remtea/revbea/pub/revbea_n_zero.pdf#page=28>. Acesso em: 29 mar. 2008.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2009, vol. 24, n.69, pp. 21-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n69/02.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. A Educação Profissional nos anos 2000: A Dimensão Subordinada das Políticas de Inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas-SP, V. 27, n. 96-Especial, pp. 877-910, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. Quem dá e quem não dá, eis a questão. Disponível em: <<http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/mediateca/artigos/Solidariedade.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

LECHAT, Noële Marie Paule et al. **Economia Solidária Volume 1: Textos Básicos Sobre Economia Solidária**. Universidade Federal Fluminense/Pró-Reitoria de Extensão/Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/textos.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

LEITE, Augusto. O fim do lixão da Muribeca. **Folha de Pernambuco**, Recife, 20/07/2008. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/fohape/materia.asp?data_edicao=20/07/2008&mat=103407>. Acesso em: 20 jul. 2009.

LUCENA, Luciana de Figueiredo Lopes. **Análise de custo-benefício da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos no Recife e Jaboatão dos Guararapes**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal de Pernambuco. 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=30902791>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/06.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

NUNES, Andrea. **Terceiro Setor: controle e fiscalização**. 2a. ed. São Paulo: Método, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, 2001. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

_____. Há Vias Abertas na América Latina? Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/pt/deOlivera.rtf>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. 9a. ed. Brasília: MH Comunicação, 1997.

PIERRE. Entrevista a Antonio Marujo. **Jornal Última Hora**, Portugal, 22 jan. 2006. Disponível em: <<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1283189&idCanal=95>>. Acesso em: 26 fev. 2008.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PERNAMBUCO. Lei nº 12.008/2001. Diário Oficial de Pernambuco de 02 de junho de 2001. Disponível em: <http://www.sectma.pe.gov.br/acoes_todos.asp?secao=2&menu_sub=3&acao=138>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Lei nº 13.047/2006. Disponível em: <http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/legislacao_gestao_amb?op=makePrintable>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Política de Resíduos Sólidos de Pernambuco. 3a. ed. Recife, 2006. Disponível em: <http://www.sectma.pe.gov.br/download/Politica_RS_Abril_2006.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. CONPEPE/FIDEM. **Dados estatísticos**. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2008.

RECIFE. Prefeitura. Perfil dos Bairros do Recife. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/infocrec/bairros.php>>. Acesso em: 22 set. 2008.

_____. Secretaria de Serviços Públicos/EMLUB. **Ações:** Coleta Seletiva. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/emlurb/coleta.php>>. Acesso em: 24 out. 2009.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2007/2008. Coimbra/Portugal: Edições Almedina SA/Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)/PNUD. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_pt_indicators.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2007.

RILEY, Matilda White; NELSON, Edward E. Introdução. In: RILEY, Matilda White; NELSON, Edward E. (org.). **A Observação Sociológica:** Uma Estratégia para um Novo Conhecimento Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

RIBEMBOIM, Jacques. Mudando os Padrões de Produção e Consumo. In: _____. (Org.). **Mudando os Padrões de Produção e Consumo.** Brasília: MMA/IBAMA, 1997.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROMANSINI, Sandra Regina Medeiros. **O catador de resíduos sólidos no contexto da sociedade moderna.** Criciúma. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2005. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000026/000026D7.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. **Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado,** São Paulo, 26, 27 e 28 de março, MARE, 1998. Disponível em: <www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/reforma_estado/seminarios/semin_a.htm>. Acesso em: 05 ago. 2006.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Introdução Geral à Coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. 1a. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMON, Boris. **Trapeiros de Emaús**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1a. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul et al. **Economia Solidária Volume 2: Textos Básicos Sobre Economia Solidária**. Universidade Federal Fluminense/Pró-Reitoria de Extensão/Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/textos.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

SINGER, Paul et al. **Economia Solidária Volume 2: Textos Básicos Sobre Economia Solidária**. Universidade Federal Fluminense/Pró-Reitoria de Extensão/Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/textos.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, pp. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2008.

TENDERINI, Helena; DONIZETE, Alécio. Formação de Educadores/as Sociais no Recife. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 19 a 22 set. 2005 Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/relatos_experiencia/FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20EDUCADORES-AS%20SOCIAIS%20NO%20RECIFE.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2008.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, pp. 225-254, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100011>. Acesso em: 27 out. 2009.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel. Investimentos vão crescer entre 2007 e 2010. **Visão do Desenvolvimento**, nº 21, 29 nov. 2006. BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_21.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2008.

TRABJER, Raquel; MIRANDA, Xanda. Coleta Seletiva Solidária: Cidadania, Oportunidade de Renda e Inclusão Social. **Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis**. 2008. Disponível em:

<http://www.recicla.ccb.ufsc.br/Imagens/Desenhos/cartilha_coleta.pdf>. Acesso em: 23 set. 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. A responsabilidade é com o futuro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0812200708.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2007.

VIEIRA, Sebastião Gândara. **Educação Profissional e os APLs: uma ação efetiva na promoção do desenvolvimento regional**. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/img/ilustra/2005/out/artigos/Artigo%20_Educacao_Profissional_e_APLs_Sebastiao.doc>. Acesso em: 25 out. 2009.

VIOLIN, Tarso Cabral. **Uma análise crítica do ideário do “terceiro setor” no contexto neoliberal e as parcerias entre a Administração Pública e sociedade civil organizada no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/2920/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20UFPR%20TARSO%20BANCA%20pdf.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

VIVEIROS, Mariana Vieira. **Coleta Seletiva Solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-03022007-100057/>>. Acesso em: 24 set. 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5a. ed. São Paulo: Guanabara, 1982.

APÊNDICE - Roteiros das entrevistas

UPE-FCAP

Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável

Aluno/Pesquisador: Pedro Rafael Lemos Pereira

O PAPEL SOCIALMENTE INCLUDENTE DO TERCEIRO SETOR NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS NO RECIFE-PE

ENTREVISTA TIPO I – PARTE I

ENTREVISTADO: FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO

1. Qual a natureza jurídica da Associação Trapeiros de Emaús Recife?
2. Qual a forma de gestão da Associação?
3. Qual a quantidade de pessoas que atualmente participam da Associação Trapeiros de Emaús Recife?
4. Como se dá a entrada das pessoas na Associação? Há limitação de vagas?
5. Os sócios residem na sede da Associação?
6. Como se dá a relação entre a Associação e a Escola profissionalizante?
7. Como se dá a manutenção da Associação e da Escola de Educadores e Educadoras Sociais? Quais as principais formas de contribuição?
8. Qual a forma de remuneração dos colaboradores da Associação?
9. Existe trabalho voluntário na Associação?
10. Qual a quantidade mensal de bazares realizados pela Associação na própria sede e de forma itinerante?
11. Qual o número de usuários que participam mensalmente dos bazares fixos e itinerantes?
12. Existe projeto de expansão das atividades, inclusive interiorização no Estado de Pernambuco?
13. Como se dá a gestão da Escola de Educadores e Educadoras Sociais?
14. Qual a forma de avaliação dos resultados dos trabalhos Associação? Há utilização de algum instrumento de avaliação?
15. Qual a repercussão da violência sobre o trabalho da Associação?

ENTREVISTA TIPO I – PARTE II

ENTREVISTADO: FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO

1. Quais as funções que desempenha na Associação Trapeiros de Emaús – Recife?
2. Trabalhou com o Abbé Pierre?
3. Reside no Brasil há quanto tempo?
Sou italiano e moro aqui há quarenta anos.
4. Como se deu a mobilização para a criação da Associação Trapeiros Emaús no Recife?
5. Como percebe a discussão relativa ao Desenvolvimento Sustentável e como analisa a atual posição de destaque da Associação dentro desse debate?
6. Como vê o papel da Associação em relação à economia solidária?
7. Como analisa a questão do assistencialismo no tipo de trabalho realizado pela Associação?
8. Como avalia as parcerias com empresas e governos e a questão da responsabilidade social?
9. Acredita que o trabalho realizado pela Associação possa ser ampliado e compartilhado por outras Entidades?
10. Como vê a relação entre a coleta tradicional de lixo e a coleta seletiva?
11. Tem notícia da realização de algum trabalho de coleta seletiva nas cidades do interior de Pernambuco?
12. Acredita que o tipo de atividade realizada pela Associação possa dar origem a uma política pública específica de Desenvolvimento Sustentável?

ENTREVISTA TIPO II

ENTREVISTADO: GESTOR DA ASSOCIAÇÃO (PRESIDENTE)

1. Qual o número de pessoas que atualmente integram a Associação?
2. Qual o número de homens e mulheres que participam da Associação?
3. As mulheres realizam os mesmos trabalhos que os homens?
4. Quantas pessoas participam da direção da Associação?
5. E quanto à Escola de Educadores e Educadoras Sociais?
6. E quanto ao posto de saúde?
7. Como a Diretoria vê a repercussão social e sobre o meio ambiente do trabalho realizado pela Associação?
8. Quais são os cursos profissionalizantes oferecidos pela Associação?
9. Cada uma das trinta e uma pessoas são associadas?
10. Existe algum projeto de ampliação e interiorização?
11. Quais os requisitos para ingresso nos cursos profissionalizantes?
12. E quanto à questão das políticas públicas?
13. Quanto às parcerias com universidades?

ENTREVISTA TIPO III

ENTREVISTADOS: PESSOAS QUE PARTICIPAM DO TRABALHO DE RECOLHIMENTO, RECICLAGEM, RECUPERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE OBJETOS DESCARTADOS NO PROCESSO DE CONSUMO E NOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES.

1. Nome?:
2. Sexo?
3. Idade?
4. Escolaridade?
5. Tinha emprego antes de entrar para a Associação?
6. Há quanto tempo trabalha na Associação?
7. Atividades que realiza na Associação?
8. Realiza outras atividades fora da Associação? Quais?
9. Importância que verifica no trabalho realizado pela Associação Trapeiros de Emaús, quanto a reduzir os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente?
10. As ações ambientalmente responsáveis realizadas pela Associação podem colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população?
11. Sente realização pessoal com o trabalho que desempenha na Associação?
12. Conhece outras Entidades que realizam trabalho semelhante ao da Associação?
13. Acredita que o trabalho feito pela Associação possa ser ampliado e realizado também por outras Entidades?
14. Acredita que o tipo de atividade realizada pela Associação possa dar origem a uma política pública de Desenvolvimento Sustentável (com planejamento e colaboração dos governos)?

ENTREVISTA TIPO IV

ENTREVISTADOS: ALUNOS DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DA ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS.

1. Nome?
2. Sexo?
3. Idade?
4. Escolaridade?
5. Curso que realiza?
6. Trabalha na Associação?
7. Realiza outras atividades fora da Associação? Quais?
8. Importância que verifica no trabalho realizado pela Associação Trapeiros de Emaús, quanto à redução dos impactos da ação do homem sobre o meio ambiente?
9. As ações ambientalmente responsáveis realizadas pela Associação podem colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população?
10. Conhece outras Entidades que realizam trabalho semelhante ao da Associação?
11. Acredita que o trabalho feito pela Associação possa ser ampliado e realizado também por outras Entidades?
12. Acredita que o tipo de atividade realizada pela Associação possa dar origem a uma política pública de Desenvolvimento Sustentável (com planejamento e colaboração dos governos)?